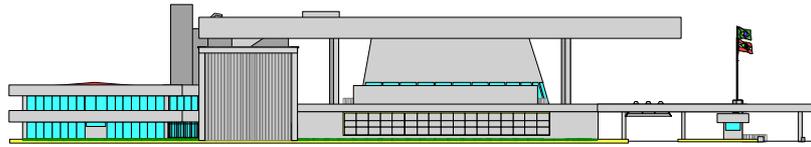


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 23 DE AGOSTO DE 2001

NÚMERO 4.890

14^a Legislatura
3^a Sessão Legislativa

MESA

Onofre Santo Agostini
PRESIDENTE

GILMAR KNAESEL
1º VICE-PRESIDENTE

Sandro Tarzan
2º VICE-PRESIDENTE

Manoel Mota
1º SECRETÁRIO

Odete de Jesus
2º SECRETÁRIO

Francisco de Assis
3º SECRETÁRIO

Ivo Konell
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Joares Ponticelli

PARTIDOS POLÍTICOS (Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

BRASILEIRO

Líder: Milton Sander

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: João Henrique Blasi

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL

Líder: Julio Garcia

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Ideli Salvatti

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Jorginho Mello

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Jaime Mantelli

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: João Rosa

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Jaime Duarte

Partido Liberal

Líder: Odete de Jesus

COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES E DE MÉRITO

COMISSÃO TÉCNICA DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reno Caramori - Presidente
Herneus de Nadal - Vice Presidente
Jaime Duarte
Antônio Aguiar
Joares Ponticelli
Paulo Bornhausen
Ideli Salvatti
Ivan Ranzolin
João Henrique Blasi

Reuniões Ordinárias:

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO TÉCNICA DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Afrânio Boppré - Presidente
Jaime Mantelli - Vice Presidente
Heitor Sché
Julio Garcia
Ronaldo Benedet
Rogério Mendonça
Gilmar Knaesel
Gelson Sorgato
Milton Sander

Reuniões Ordinárias

Quartas-feiras, às 8:00 horas

COMISSÃO DE MÉRITO DE AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA

Clésio Salvaro - Presidente
Gelson Sorgato - Vice Presidente
Valmir Comin
Milton Sander
Moacir Sopelsa
José Paulo Serafim
Sandro Tarzan

Reuniões Ordinárias

Terças-feiras, às 8:30 horas

COMISSÃO DE MÉRITO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Jaime Duarte - Presidente
Antônio Aguiar - Vice Presidente
Afonso Spaniol
Herneus de Nadal
Narcizo Parisotto
José Paulo Serafim
Nelson Goetten

Reuniões Ordinárias

Quintas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE MÉRITO DE TURISMO E ECONOMIA

Joares Ponticelli - Presidente
Cesar Souza
Adeloir Vieira
Narciso Parisotto
Nilson Gonçalves
Afonso Spaniol
João Rosa

Reuniões Ordinárias

Terças-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE MÉRITO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Moacir Sopelsa - Presidente
Valmir Comin - Vice Presidente
Clésio Salvaro
Afrânio Boppré
Jaime Mantelli
Reno Caramori
Romildo Titon

Reuniões Ordinárias

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE MÉRITO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Nelson Goetten - Presidente
Ideli Salvatti - Vice Presidente
Paulo Bornhausen
Lício Mauro da Silveira
Ivo Konell
Rogério Mendonça
Odete de Jesus

Reuniões Ordinárias

Terças-feiras às 9:30 horas

COMISSÃO DE MÉRITO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Ronaldo Benedet - Presidente
Volnei Morastoni - Vice-Presidente
Antônio Aguiar
Romildo Titon
Jaime Mantelli
Nelson Goetten de Lima
Altair Guidi

Reuniões Ordinárias

Quartas-feiras, às 9:30 horas

COMISSÃO DE MÉRITO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

Paulo Bornhausen - Presidente
Volnei Morastoni
Adeloir Vieira
Gelson Sorgato
Gilmar Knaesel
Altair Guidi
João Rosa

Reuniões Ordinárias

Quartas-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO TÉCNICA DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLE, EFICÁCIA LEGISLATIVA E REDAÇÃO DE LEIS

Jaime Mantelli - Presidente
Manoel Mota
João Henrique Blasi
Francisco de Assis
Julio Garcia
Lício Mauro da Silveira
Ivan Ranzolin

Reuniões Ordinárias

Quartas-feiras às 11:00

COMISSÃO ESPECIAL DO MERCOSUL

Ivan Ranzolin - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice Presidente

DEPARTAMENTO PARLAMENTAR	DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA EXPEDIENTE	ÍNDICE
<p>Divisão de Anais: responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição. Diretor: Eder de Quadra Salgado</p> <p>Divisão de Taquigrafia: responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões. Diretora: Maria Salette de Bem Urban</p> <p>Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos: responsável pela impressão. Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron</p>	 <p>Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO IX - NÚMERO 1231 1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS</p>	<p>Plenário Ata da 058ª sessão Ordinária realizada em 22/08/20012</p> <p>Atos da Mesa Resoluções DP16 Resoluções Administrativas16</p> <p>Publicações Diversas Atas da Procuradoria.....17 Aviso de Resultado.....18 Ofício.....18 Portarias18 Projetos de Lei.....19</p>

PLENÁRIO

ATA DA 058ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA

EM 22 DE AGOSTO DE 2001

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ONOFRE SANTI AGOSTINI

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Afrânio Boppré - Altair Guidi - Antônio Aguiar - Cesar Souza - Clésio Salvaro - Francisco de Assis - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Heitor Sché - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Duarte - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - João Rosa - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Paulo Serafim - Lício Silveira - Milton Sander - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Nilson Gonçalves - Onofre Santo Agostini - Paulo Bornhausen - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sandro Tarzan - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Secretário, Deputado, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Terceiro Secretário, Deputado Francisco de Assis, que proceda à leitura do expediente.

O SR. TERCEIRO SECRETÁRIO (Deputado Francisco de Assis) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente:
MENSAGENS DO SR. GOVERNADO DO ESTADO DE N.ºS:

1178 - encaminhando projeto de lei que "autoriza a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc, a participar no capital de empresas privadas com fim específico".

1191 - encaminhando projeto de lei que "autoriza a doação de imóvel no Município de Ilhota".

1192 - encaminhando projeto de lei que "autoriza a permissão de uso de imóvel no Município de Florianópolis".

1193 - encaminhando projeto de lei que "autoriza a abertura de crédito especial em favor da Administração do Porto de São Francisco do Sul".

1194 - encaminhando projeto de lei que "autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de São Carlos".

1195 - encaminhando projeto de lei que "autoriza a aquisição de imóvel no Município de Vidal Ramos".

1196 - encaminhando projeto de lei que "aprova a alteração da Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2000/2003 da Secretaria de Estado da Fazenda".

1197 - encaminhando projeto de lei que "autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina".

1198 - comunicando haver ancionado os projetos de lei que declaram de utilidade pública a Associação dos Guardadores de Carros de Florianópolis e a Associação de Moradores do Loteamento Irene e Jardim Caramdaí, de Biguaçu.

1199 - encaminhando projeto de lei que "aprova a alteração da Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2000/2003 da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura".

1200 - encaminhando projeto de lei que "altera a Lei nº 9.831, de 17 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a organização da administração pública e sobre as diretrizes para a reforma administrativa do Poder Executivo".

PROJETOS DE LEI:

De autoria do Sr. Deputado Moacir Sopelsa, que "declara de utilidade pública o Centro de Tradição Gaúcha 'Querência do Chimarrão', de Catanduvas".

- de autoria do Sr. Deputado Jorginho Mello, que "denomina Rota da Truta parte da Rodovia SC-438, no Estado de Santa Catarina".

- de autoria do Sr. Deputado Paulo Bornhausen, que "dispõe sobre a contratação de controladores de velocidade para fins de fiscalização nas rodovias estaduais".

PROJETO DE RESOLUÇÃO: de autoria do senhor Deputado Ivan Ranzolin, que cria a Medalha "Mérito Poder Legislativo Catarinense".

INDICAÇÕES:

- de autoria do Sr. Deputado Gelson Sorgato, solicitando medidas urgentes no sentido de ser viabilizada a implementação de programa oficial objetivando equacionar as dívidas dos agricultores do Estado decorrentes do Crédito de Emergência.

- de autoria do Sr. Deputado Nilson Gonçalves, sugerindo a instalação de urnas para denúncias, em locais de grande movimentação de pessoas, nas grandes cidades do nosso Estado.

- de autoria do Sr. Deputado Ronaldo Benedet:

- sugerindo estudos de viabilidade de estadualizar e pavimentar os trechos compreendidos entre os Municípios de Sangão e de Morro da Fumaça, via Distrito de Santa Apolônia.

- sugerindo estudos de viabilidade de pavimentação asfáltica do trecho Nova Veneza à São Bento Alto, no Município de Nova Veneza.

- solicitando estudos de viabilidade de estadualizar e pavimentar os trechos compreendidos entre os Municípios de Criciúma e Nova Veneza, cia Rodovia Josefina Dassoler, que liga o Bairro de São Defende à Comunidade de Caravaggio.

- solicitando estudos de viabilidade de estadualizar os trechos compreendidos entre os Municípios de Treze de Maio e Morro da Fumaça, via Vargedo e Urussanga Baixa, respectivamente.

- sugerindo estudos de viabilidade de estadualizar e pavimentar os trechos compreendidos entre os Municípios de Lauro Müller e de Urussanga, via Distrito de Santana.

- sugerindo estudos de viabilidade de pavimentação asfáltica da Rodovia Vante Rovares (que liga o Bairro Santa Libera à Rodovia Gabriel Arns).

- solicitando estudos de viabilidade de pavimentação da Serra do Faxinal no Município de Praia Grande.

- Solicitando estudos de viabilidade da Construção do Pavilhão para Incubadora de Projetos Industriais - Geração de Trabalho e Renda, no Município de Arroio do Silva - Sul do Estado.

OFÍCIO DE Nº:

081/01, do Sr. Superintendente Regional de Santa Catarina da Tim, referente a implantação do Serviço Móvel Celular no Município de Quilombo.

Era o que constava do expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar o Sr. Deputado Adelor Vieira, a quem concedemos a palavra por até 10 minutos.

Antes, porém, solicito ao Deputado Francisco de Assis que assumira a Presidência dos trabalhos, porque este Deputado tem uma audiência com o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, ocupo hoje esta tribuna no horário das Breves Comunicações para fazer algumas considerações, as quais julgo da maior importância para a sociedade catarinense.

Quero dizer que em determinado momento estivemos próximo às margens do Rio Itajaí Açu, no Município de Ilhota, e lá era dado por iniciadas as obras de uma ponte que iria ligar o Município de Ilhota à BR-470 e na outra margem do rio.

Essa ponte até hoje não foi construída, só foi dada a ordem de serviço na época pelo então Governador em exercício, Antônio Carlos Konder Reis, mas até agora o povo de Ilhota está esperando por essa obra.

Recebi, recentemente, através do Deputado Federal Renato Vianna, um *release* que me deixou bastante satisfeito, porque ele está trazendo à tona a importância dessa obra. O *release* diz que o Deputado teria uma audiência com o Ministro dos Transportes Eliseu Padilha, para resolver exatamente essa questão da ponte sobre o Rio Itajaí Açu na cidade de Ilhota. Essa ponte há muito vem sendo reivindicada e poucas vezes se ouve falar aqui sobre a necessidade que aquela comunidade tem.

Na sexta-feira passada, Deputado Altair Guidi, visitando a região de Ilhota e Gaspar, pude sentir a necessidade que têm aquelas comunidades ribeirinhas dessa ponte. É uma obra gigantesca, sem dúvida! Naquela época este Deputado pertencia à Bancada que dava sustentação ao Governo de então, do Dr. Antônio Carlos Konder Reis, e sei do seu empenho, do seu esforço para realizar aquela obra, mas dada a escassez de recursos, dada a exiguidade do tempo em que assumiu o Governo, certamente foram motivos para que aquela obra não tivesse continuidade.

Creio que ficou só naquele ato de lançamento da pedra fundamental, mas agora vejo com muita satisfação este assunto sendo levantado. Creio que as comunidades de Ilhota, de Gaspar, inclusive da região de Blumenau e de Itajaí, vão ficar muito satisfeitas no momento em que esse sonho se transformar em realidade.

Se esta ponte for construída, que é a intenção daquela comunidade, entre a margem esquerda e o centro de Ilhota, na rodovia Jorge Lacerda, mais ou menos a 10 quilômetros da BR-101, ela vai ser um importante elo de ligação e, sem dúvida, um fator de desenvolvimento para aquela região do Baixo Vale de Itajaí, mais precisamente dos Municípios da Foz do Rio Itajaí.

O projeto já existe e prevê a construção de uma ponte de 325 metros de vão e essa benfeitoria vem sendo cobrada pela comunidade ilhotense desde 1958. Pasmem, os senhores! Desde 1958 que se está cobrando essa obra.

Quero, nesta oportunidade, dizer da minha satisfação de ver o Deputado Renato Vianna, que é do meu Partido, juntamente com o Prefeito Roberto da Silva, que é do PPB, estarem em busca de uma solução para aquela comunidade.

Ilhota é o único Município do Vale que está dividido pelo Rio Itajaí Açu, cujas margens não estão ligadas por ponte. Os demais Municípios, de Gaspar, Blumenau, Indaial, subindo o Vale do Itajaí, Deputado Heitor Sché, até além da sua querida Rio do Sul, todos os Municípios que margeiam o Rio Itajaí Açu, são ligados por pontes. São interligados inclusive até outros Municípios. E o Município de Ilhota ainda não tem a sua ponte ligando a sede do Município ao Distrito, à Vila de Baõ, ao Município de Luiz Alves, que facilitaria em muito, senão teria que se fazer aquela grande volta para chegar ao Município de Luiz Alves.

Então, acho que é digno deixarmos isso aqui registrado e ficar, realmente, torcendo para que o Ministro dos Transportes Eliseu Padilha possa, também, juntamente com as demais autoridades federais, se sensibilizar neste particular e liberar os recursos para a construção da ponte de Ilhota comumente chamada, que desde os idos de 1958 continua como um sonho para aquela comunidade. Espero e desejo que realmente esse sonho se transforme em realidade.

O segundo registro que gostaria de fazer é para a comunidade de Timbó Grande, mais precisamente na localidade de São Pedro, que está interligada a Timbó Grande, Lebon Régis. Nós fizemos um pleito, esta Assembleia fez o seu apoioamento ao nosso requerimento solicitando não só equipamentos para o DER que cuida daquela rodovia, como também a conservação.

Acabo de saber, pelo Secretário dos Transportes e Obras, que aquele trecho, infelizmente, não está incluído no plano rodoviário de conservação. Ele diz aqui, textualmente. Porém, o trecho em questão não está incluído no plano rodoviário de conservação. E por este

motivo não é possível aquela autarquia providenciar as melhorias ou disponibilizar equipamentos para prover a recuperação e a sua manutenção. Isso em resposta a uma sugestão de providências que nós fizemos através da Indicação nº 027.7/01, de 15 de março do corrente. E nós pedíamos, naquela oportunidade, ao Secretário dos Transportes que tomasse as devidas providências.

Pois bem: não está incluído segundo o Secretário. O que falta para ser incluído? Quem inclui, Deputado? Quem inclui são os Deputados, o Secretário ou o Governo como um todo?

Então, faço um apelo ao Secretário, meu particular amigo a quem prezo e considero, Leodegar Tiscoski, para que inclua aquele trecho também no plano rodoviário de conservação. Aquelas pessoas não podem mais ficar esperando até que seja incluído talvez no próximo Orçamento. Não é uma pavimentação, é apenas melhorias, é apenas um atendimento àquela comunidade!

Quero, aqui, deixar registrado que vamos fazer uma indicação, vamos voltar ao assunto com o Secretário Leodegar Tiscoski, pedindo a ele que possa incluir, então, esse trecho, porque é para fazer apenas a conservação e o cascalhamento da estrada que liga Lebon Régis a Timbó, que ele diz que não dá para fazer.

Lamento, pois não entendi. Sinceramente, não entendi. Está escrito, assinado pelo Secretário que não dá para fazer cascalhamento numa rodovia que julgo importante para o escoamento da produção, principalmente a produção agrícola e industrial daquela região, porque Timbó Grande tem as suas indústrias, Lebon Régis também tem produção de hortifrutigranjeiros, tem muita coisa para ser transportada por aquela rodovia e ele diz que o trecho em questão não está incluído no plano rodoviário de conservação. Não é de pavimentação, é de conservação. Existe um plano.

Eu não sabia que existia um plano rodoviário de conservação. Mas eu vou determinar à minha assessoria que envie um pedido de informação ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário, a fim que me esclareçam que plano rodoviário é esse que não inclui determinadas rodovias para cascalhar! Certamente será dirigido ao Sr. Governador, para dizer que plano de conservação é esse que não...

(Discurso interrompido por término do horário regimental)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco de Assis) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Herneus de Nadal, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. Presidente e Srs. Deputados, na manhã de hoje, sob a Presidência do nobre Deputado Jaime Duarte, com a presença de vários Srs. Parlamentares, realizamos uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor.

Abordamos um tema importante no evento realizado na manhã de hoje, como disse há pouco. Analisamos um tema importantíssimo, que chama a atenção principalmente pelas características, que é a prestação de serviços realizada pelos taxistas do Estado de Santa Catarina. Há um componente muito forte de prestação de serviços públicos realizados por esses motoristas cooperativados no Estado de Santa Catarina.

Estavam conosco, juntamente com o Deputado Jaime Duarte, representantes, presidentes da cooperativa de taxi de Chapecó, de Lages, de Joinville, da Capital e também o

Presidente da Associação dos Sindicatos dos Taxistas da Grande Florianópolis. Foi-nos apresentado neste evento as dificuldades por que passa esse setor, por ter, nos últimos dias, no mês de julho, ter perdido o número de contato com a população. O número 197 tem três dígitos de serviços de utilidade pública. Os bombeiros fazem uso dele e outros tipos de serviços também se utilizam desse número.

Só os taxistas do Estado de Santa Catarina - isso é um particular - é que se utilizavam do número 197. Esses taxistas acabaram ficando sem poder utilizar deste mecanismo por conta de uma resolução da Anatel, que retirou este número que já tem marketing, já tem marca, já tem história na utilização da comunidade, para que se possa atender a nossa população através do serviço de taxi.

É bom que se diga que muitos serviços, que muitas vezes deveriam ser prestados pelo Poder público, são prestado através do número 197, através do serviço de taxi. Quando uma pessoa, muitas vezes numa emergência, necessita de um atendimento médico ela busca o 197, porque em dois minutos o táxi está à sua disposição. Ela não vai procurar a ambulância ou o Corpo de Bombeiros, mas procura o serviço de táxi que pode atender ao seu pedido.

Eles atendem a todas as camadas sociais, principalmente das grandes cidades, e a grande maioria do Estado de Santa Catarina está sem esse serviço, com exceção da cidade de Joinville, onde o serviço continua graças a uma liminar concedida através do Poder Judiciário e que atende à pretensão e às necessidades dos taxistas e da comunidade.

É bom que se faça uma avaliação. Os serviços caíram drasticamente, abruptamente. Os taxistas das várias cidades perderam entre 30 a 50% dos serviços através do rádio taxi, porque o outro número que lhes foi fornecido para se faça o contato com a população é um número muito completo, são vários dígitos e aí a pessoa que necessita não tem à mão a facilidade de contar com o número de três dígitos, que era o 197. Mas além de reduzir os serviços, logicamente que este efeito causa um outro problema, ou seja, o desemprego e a dificuldade econômica nas famílias desses que vivem dessa prestação de serviços.

Muitos têm ainda o taxi por pagar, têm as prestações por pagar e não têm mais a renda suficiente. Então, é um problema social, grave, sério que precisa ser revertido. A Anatel precisa ter sensibilidade. Enquanto ela mantém o número 134, que é o serviço de despertar, ela retira, ao mesmo tempo, o 197, que é um número de utilidade pública, porque o taxi, o serviço de rádio taxi, as cooperativas de taxistas têm, inclusive, nos diversos Municípios - é o caso de Joinville, Florianópolis, São José e outros -, a declaração de utilidade pública dos seus respectivos Municípios.

E nós precisamos reverter esta situação. Mas aqui não vai, Deputado Jaime Duarte, só a manifestação de preocupação com a família dos taxistas, mas com a própria comunidade que não tem mais o acesso facilitado a esse atendimento.

E nós fizemos só nos queixar, mas também encaminhamos. E gostaria que V.Exa., Deputado Jaime Duarte, que trabalhou tanto para a realização desta audiência, que foi zeloso, dedicado para que pudéssemos nos reunir, desse os encaminhamentos que foram aprovados na Comissão pela manhã, para que possamos dar seqüência prática ao nosso trabalho, para que possamos estar junto do taxista, que é uma classe que precisa de apoio, que merece de apoio, para que possamos estar, principalmente, com a nossa população, que não quer ser privada do acesso a esses serviços.

O Sr. Deputado Jaime Duarte - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Jaime Duarte - Deputado Herneus de Nadal, gostaria de, em primeiro lugar, cumprimentá-lo pela importância do seu discurso. Sem dúvida nenhuma, V.Exa. está dando ressonância a uma aspiração da comunidade de muitos anos em Santa Catarina como um todo, e também da classe dos taxistas.

Eu creio que o mote do seu discurso, a defesa da facilitação ao acesso ao rádio-taxi representa, acima de tudo, um interesse público muito forte.

Então, eu cumprimento V.Exa. pela iniciativa da proposição em levar este assunto à Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor. E na verdade nós cumprimos apenas a tarefa burocrática de dar encaminhamento ao processo, mas, sem dúvida nenhuma, que o mérito desta discussão é todo de V.Exa.

Creio que esta audiência pública, realizada na parte da manhã, foi, primeiro, muito proveitosa, democrática, bastante ampla, participativa e, segundo, acredito sinceramente que vamos colher frutos concretos desta discussão. Porque é uma questão até de falta de racionalidade não se ter um número, digamos, mais fácil de ser guardado, um número já de domínio público, que é o 197. Então, por que a Telesc não volta a adotar isso e por que a Anatel não age? Não verdade, o que podemos dizer aqui é que, infelizmente, essas agências de regulamentação de serviço público privatizado, como é o caso da telefonia, não funcionam neste País. A Anatel é uma vergonha, é totalmente inoperante, e nós esperamos que a partir de agora...

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - E elas deveriam cuidar do consumidor, não é Deputado?

O Sr. Deputado Jaime Duarte - Exatamente. Fundamentalmente, foram criadas para proteger o consumidor. Então, nós vamos fazer agora, junto com as lideranças dos taxistas, cooperativas e taxistas de Santa Catarina, um trabalho para viabilizar o retorno, seja pela via judicial ou seja pela via administrativa, que acredito que é a via mais fácil e que deveria merecer por parte da Anatel uma maior sensibilidade.

Queria cumprimentá-lo pela iniciativa, pela proposição e creio que dessa forma V.Exa. está contribuindo, e muito, com o povo de Santa Catarina e não só com os taxistas.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Nós agradecemos a manifestação do nosso nobre Colega e a incorporamos ao nosso pronunciamento.

Mas queremos dizer que esses serviços foram sustados unilateralmente. A Anatel suspendeu o serviço que vinha sendo proporcionado ao nosso Estado há mais de 12 anos. Por isso conclamo aos meus nobres Pares, a todos que têm assento na Assembléia Legislativa, para que de fato possamos buscar o retorno da prestação desse serviço, através do número 197, para que se atenda a classe dos taxistas de Santa Catarina como também se possa permitir à população o fácil acesso a um serviço importante para toda a comunidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco de Assis) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a Sra. Deputada Ideli Salvatti.

(Pausa)

Na ausência da Sra. Deputada Ideli Salvatti, os próximos minutos são destinados ao PPB.

Com a palavra o Sr. Deputado Nelson Goetten.

(Pausa)

Na ausência do Sr. Deputado Nelson Goetten, com a palavra o Sr. Deputado Moacir Sopelsa, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu tive, durante os últimos pronunciamentos feitos por mim nesta Casa, a possibilidade de falar sobre o novo Código Florestal, ou seja, sobre uma medida provisória que está tramitando no nosso Congresso, na Câmara dos Deputados. E nesta semana consegui, através do ex-Deputado Valdir Colatto, que nos fosse dado na íntegra tudo aquilo que a medida provisória prevê na regulamentação da nossa mata da floresta. E hoje, pela manhã, recebemos do ex-Deputado Valdir Colatto - o Deputado Gerson Sorgato estava junto quando falávamos sobre essa medida provisória - algumas orientações sobre o prejuízo que essa medida provisória, se transformada em lei, poderá trazer para o Estado de Santa Catarina.

Eu vou ler alguns itens que essa medida provisória, se transformada em lei, pode mudar para o Estado.

"§ 1º - as Comissões contrárias à utilização e exploração das florestas e demais formas de vegetações são consideradas de uso nocivo de propriedades. As penalidades que terão se o uso não for o previsto nesta medida provisória serão grandes.

Os procedimentos sumários previstos no art. 275 do inciso II do processo civil: o processo tem tramitação de urgência, é um alerta do ex-Deputado, tem que obedecer os prazos legais dos processos comuns. É da Câmara dos Deputados."

O que nos preocupa, se tramitar com regime urgência, é que não se poderá discutir o projeto.

"O art. 2º das letras A, B, C, D, E, F, G, H, I - a preservação permanente na área especificada no art. 2º, onde não poderá ter nenhuma atividade econômica, área isolada, inclusive sem trânsito de animais, além das matas ciliares que devem ser preservadas e que não existem. E se estiverem sendo usadas terão um prazo para a regularização ou renegociação de dois anos nos itens D e E. Ele informa que se cumprido esses itens nós vamos atingir 80% das pequenas propriedades no Oeste de Santa Catarina, pois essas propriedades têm um declive superior a 45% de topo, de morros, de montes, de montanhas e de serras. Não se pode, segundo a lei, ser utilizada."

O ex-Deputado também chama a atenção que se essa medida provisória fosse transformada em lei nós vamos ter no Oeste de Santa Catarina, sem dúvida alguma, 80% das nossas propriedades prejudicadas.

Todas as áreas das florestas na Mata Atlântica, como araucária, bracatinga e outras madeiras nobres, não são possíveis de corte e nem se prevê indenização.

O que quer dizer com isso? Nós falávamos esses dias que a bracatinga, uma árvore que produzimos, que é de fato de reposição, tem um prazo de vida útil de 10 anos, não pode ser usada.

Nós temos também no art. 3º - não passíveis de corte e nem se... E mais uma coisa: pela Lei 9.605, de 11/02/98, o responsável que tiver extraído essas madeiras, o penalizado, mesmo que seja por roubos, por pessoas desconhecidas, é o proprietário da área.

"Art. 4º - É permitido o acesso de pessoas ou animais às áreas de preservação permanente para obtenção de água, desde que não exija a supressão e não comprometa a regeneração e a manutenção de longo prazo da vegetação nativa.

O acesso à água para animais ou pessoas nos rios terá que ser controlado por cercas ou corredores próprios construídos."

Então, o que hoje estão querendo colocar com isso? As áreas que vão ser consideradas de preservação não vão ter direito à indenização?

Se formos analisar o Oeste catarinense, é uma área difícil de acesso, como diz o ex-Deputado Valdir Colatto, que possui muitos morros e muitas terras dobradas. Por isso vamos perder a manutenção dessas propriedades. O que vai acontecer com isso se não há indenização? Onde o nosso agricultor vai buscar o seu sustento?

Encaminharei à Mesa um requerimento solicitando informações sobre onde o agricultor irá buscar o seu sustento e no sentido de que as Bancadas, independentemente de cor partidária, com assento nesta Casa, conheçam o teor da matéria e, em conjunto, tentamos buscar apoio nas Bancadas Federais.

Não tenho conhecimento até hoje de que algum dos nossos Deputados e Senadores tenham se pronunciado sobre essa medida provisória que tramita no Congresso Nacional.

O Deputado Migueleto, do Paraná, propõe que seja criado um bônus para indenizar aquelas propriedades que tenham este problema ou que sejam áreas que precisam ser mantidas como propriedades de preservação. Ao mesmo tempo, o Deputado coloca a sua dúvida, no sentido de que a medida provisória não prevê nenhuma indenização. Isto é preocupante. Aqui diz que a propriedade que cria suínos tem que ter uma certa distância longe dos rios e isso vai prejudicar alguma propriedade no Oeste.

Esta medida provisória está tentando regulamentar e quem sabe sirva também para os Estados do Mato Grosso, de Goiás e para aqueles Estados que não têm a pequena propriedade como tem o Estado de Santa Catarina.

Vamos discutir isto na Comissão de Agricultura, e solicitamos que todos os Deputados Federais, da Bancada catarinense, interfiram no sentido de que esta medida provisória não acabe se concretizando em lei e que venha prejudicar o Estado de Santa Catarina.

Não tenho nenhuma dúvida de que se não fizermos alguma coisa talvez esta lei seja aprovada, que vai acarretar um prejuízo muito grande.

Precisamos buscar, em conjunto, uma solução para este problema que é gravíssimo para o nosso Estado.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco de Assis) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PTB.

Não havendo Deputados do PTB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PT que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PFL.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PFL que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado Gelson Sorgatto, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATTO - Sr. Presidente e Srs. Deputados, realmente o que me traz à tribuna hoje é relativo a um comentário sobre o crédito de emergência.

(Passa a ler)

"Nesta tribuna, mais uma vez, venho registrar a minha imensa preocupação no que concerne às dívidas oriundas das operações decorrentes do crédito de emergência.

Através da edição da Lei Estadual nº 10.080, de 15 de abril de 1996, o Poder Executivo foi autorizado a prestar garantias nas operações de crédito de custeio para a manutenção dos pequenos produtores rurais, hipótese em que se concretizou consoante autorização em nível federal no valor de até R\$20 milhões.

Em virtude de vários fatores, grande parte dos agricultores não puderam honrar seus compromissos na instituição financeira. O Governo do Estado, que concedeu o aval ao crédito de emergência, adquiriu a obrigação de fazê-lo.

Atualmente, verifica-se que os trabalhadores da agricultura que não puderam honrar com os compromissos, não por preguiça mas, sim, por condições alheias às suas vontades, essas que facilmente poderão ser constatadas através da análise de caso por caso, estão sendo pressionados a realizar o pagamento ou a formalizar pactos, ambos fora das suas reais possibilidades.

A difícil e brava história dos produtores rurais, devidamente reconhecida por toda a sociedade catarinense e brasileira, deve ser enfaticamente relevada pelas autoridades.

O agricultor catarinense é um trabalhador consciente das suas responsabilidades e faz parte de uma classe extremamente preocupada com o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, com o incremento das condições de desenvolvimento do País, tanto que vem há muitos anos sendo sacrificado com as políticas institucionais adotadas, porém, sempre sobrevivendo.

É premente frisar que a matéria pertinente à solução dos débitos é de relevante interesse da classe agrícola do Estado, refletindo a necessidade de análise profunda deste Parlamento e das autoridades constituídas do Poder Executivo, uma vez que estabelecerá condições suscetíveis de fomento da agricultura, com a consequente reativação do agricultor em suas atividades.

Vale ressaltar que os agricultores que se socorreram ao crédito de emergência foram vítimas, principalmente, de consequências climáticas desfavoráveis, hipótese que os levou a verificar estar integralmente prejudicadas as possibilidades de afirmação na sociedade.

Urgem serem amenizados os diversos problemas oriundos da dívida dos produtores, inclusive com o resgate do crédito do agricultor. Os trabalhadores rurais se encontram apreensivos com a impossibilidade de honrarem os seus débitos e na habilitação em programas oficiais lançados pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, resultando, mais uma vez, na penalização dessa importante classe responsável por parcela considerável da economia do Estado e da União.

A adoção de medidas para serem asseguradas, medidas capazes de promover a diminuição dos índices do êxodo rural, esses já intensamente registrados pela história do País, evitando-se também o acúmulo de maiores prejuízos ao setor produtivo...

É relevante a adoção de medidas pelas autoridades para garantir a manutenção da já sacrificada produção rural brasileira. Poderá esta ser incrementada através da solução dos problemas decorrentes dos débitos oriundos do crédito de emergência.

A anistia é urgente, bem como é urgente qualquer encaminhamento governamental diferente que venha a oportunizar o desafogo da classe.

Por esse motivo que desde 1999 estamos desenvolvendo nesta Casa trabalhos no sentido de oportunizar, no que compete às dívidas do Crédito de Emergência, uma saída plausível.

Dito isso, peço mais uma vez a reflexão dos nobres Pares desta Casa, bem com a sensibilidade, no sentido de serem envidados esforços para a solução da matéria."

Deputado Moacir Sopelsa e Deputado Afrânio Boppré, a Secretaria da Agricultura do Estado de Santa Catarina fez o encaminhamento aos gerentes regionais da Epagri, para que comunicassem a todos os Municípios onde há escritório da Epagri e para que os agricultores saldassem suas dívidas no Crédito de Emergência, porque o prazo que era de 31 de maio de 2001 foi prorrogado para 31 de agosto de 2001.

Esses agricultores não estão inseridos nos programas estaduais da Secretaria da Agricultura. Alguns Municípios, inclusive, estão denunciando ao Ministério Público para que tomem providências referentes a essa medida, que os agricultores receberam o Crédito de Emergência e o Estado, por ser avalista, está impedindo esses agricultores de participarem de programas oficiais do Estado.

Outra questão é referente ao projeto de lei deste Deputado, subscritos por outros Parlamentares, que foi aprovado no ano passado nesta Casa e, posteriormente, o veto do Governador.

Reapresentamos o projeto e a Comissão de Justiça deu parecer pela inconstitucionalidade. E pedimos, agora, que esse projeto venha para ser votado no Plenário. O Governador teria a oportunidade de anistiar os agricultores.

O que se está fazendo em toda esta discussão é que primeiro não podia anistiar nada! Aí fizeram um programa, através do FDR (Fundo de Desenvolvimento Rural da Secretaria da Agricultura), para parcelar em cinco vezes com equivalência/produto.

Posteriormente, com a interveniência da Fetaesc, dos agricultores, do Grito da Terra, o Secretário se comprometeu que seria um bônus de 80%, e 20% os agricultores formariam um fundo para investimento para quem não tivesse condições, via Pronaf.

O que acontece hoje? Foi prorrogado o prazo e, extra-oficialmente, o agricultor que for pagar vai se dirigir, posteriormente, a indicações, através do CD-Rural, iria receber esse bônus no escritório da Epagri no Município para depois ser creditado na compra de insumos.

A minha preocupação, mesmo que isso venha acontecer, é que muitos agricultores não terão condições de saldar suas dívidas, mesmo recebendo retorno do bônus.

Esta Casa está tendo a oportunidade de aprovar um projeto de lei para ser encaminhado ao Governador pedindo anistia aos agricultores ou regularizar a situação deles.

A carta encaminhada ao Antônio Dal Piva, da Epagri de Chapecó, diz que o Governo vai ver maneiras para que os agricultores possam receber o bônus através das cooperativas e que o Governo vai alocar recursos para 2002, para saldar essas dívidas e que os agricultores vão ficar pendentes este ano, ano que vem, quem pagou a segunda parcela e quem pagou a primeira parcela.

Por isso a preocupação em todas as regiões para a solução desse problema.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Quero, mais uma vez cumprimentá-lo por trazer este assunto à tribuna da Casa, porque tenho sido testemunha que V.Exa. por várias vezes tentou encontrar uma solução para esse problema, que entendo ser gravíssimo para o nosso pequeno produtor.

Todos nós sabemos que esses financiamentos foram feitos num momento difícil da nossa agricultura. Foi num momento em que tivemos uma estiagem no Estado e o pequeno produtor que tem pouca coisa plantada na lavoura perdeu quase tudo.

Portanto, é necessário ter sensibilidade e V.Exa. está coberto de razão, porque os valores não vão prejudicar a economia do Governo do Estado, vão comprometer os investimentos, mas são valores altos para os pequenos produtores. E veja a injustiça que se vai cometer, porque esse produtor vai estar impedido de contrair financiamentos no FDL da Secretaria da Agricultura, mas também junto a outras entidades bancárias, porque está na lista do Serasa. É injustiça que se está cometendo, mas esperamos encontrar uma solução.

Quero cumprimentá-lo porque V.Exa. não cansa de trazer este assunto para o Plenário e tenho certeza de que haveremos de sensibilizar a Liderança do Governo do Estado e o Secretário da Agricultura para que encontrem uma solução e não deixem esses agricultores inadimplentes contraírem qualquer tipo de financiamento.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Antes de encerrar, quero levantar um outro assunto para discussão, que é sobre alguns aumentos acumulados de maio de 95 a julho de 2001, que são índices do custo de vida, do Dieese.

Queremos dizer que os preços administrados pelo Governo e de setores privados aumentam mais do que a inflação. A inflação acumulada de maio de 1995 a julho de 2001 foi de 69,29%. Vamos citar alguns índices que aumentaram no período: a energia elétrica teve um aumento de 104%, inclusive o último reajuste da Celesc teve como argumento que compram energia dolarizada e que foi a Aneel que interps esse aumento; a água e o esgoto: 146,50%; telefonia: 521,82%; remédio: 108,23%; educação: 139,11% e combustíveis: 215,45%.

Podemos ter uma idéia da receita do Estado do Estado de Santa Catarina de ICMS; podemos raciocinar que além da inflação, dos salários congelados, da sua correção e do ICMS em cima dos combustíveis, da energia elétrica, da água e do esgoto, da telefonia, dos remédios, da educação e dos combustíveis, do quanto aumentou a arrecadação do Estado, temos o reflexo direto no bolso do consumidor. Isto é botar a mão diretamente no bolso do consumidor. E daí nós ficamos aqui.

O que poderíamos fazer? Qual é a maneira de estancar isso? Quando aprovamos nesta Casa um projeto para que, na medida em que fosse cortada a água, a energia elétrica, pudesse o consumidor ser notificado e ter um aviso prévio, foi vetado. Na hora em que não puder honrar com esses compromissos, a energia elétrica, a água e o esgoto são cortados imediatamente. E, de aumento, o consumidor não tem com que se defender.

Por isso queremos deixar registrado que esta Casa poderá e deverá discutir esse assunto com reflexão profunda em defesa dos nossos catarinenses em defesa do nosso consumidor.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco de Assis) - Dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPB.

Com a palavra, por até 16 minutos, o Sr. Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero manifestar a minha alegria de ter, como costumeiramente fizemos, participado da reunião do Colegiado do Governo na noite de ontem, onde, depois de uma ampla discussão comandada pelo Sr. Governador, na presença do Vice-Governador e de todos os membros do Colegiado, se chegou ao entendimento de que, obedecendo o que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, essa lei veio para ficar, que é uma das grandes conquistas, no meu entendimento, do atual Governo Federal, uma vez que recebemos o apoio maciço da população brasileira, uma assimilação nunca vista na história deste País em tão curto tempo a uma lei em que, tenho certeza, a maioria da população contribuirá para a moralização da condição da coisa pública neste País.

E o nosso Governo legalista como é, cumpridor da lei, desde o primeiro momento disse que seguiria todos os dispositivos, todas as orientações da lei e que quando chegasse o momento de iniciar o processo de recomposição do salário do servidor público também não abriria mão do cumprimento da legislação, uma vez que a temos cumprido desde o primeiro dia de Governo.

Com base no que estabelece a lei e no que dispõe o Tesouro do Estado de recursos para poder contemplar a recuperação do salário do servidor, conclui-se que nesse primeiro momento, diferentemente do que muitos apregoaram, Deputado Nelson Goetten, o Governo de Santa Catarina já poderá conceder, a partir de 1º de setembro, um reajuste no percentual de 6,3%, que será quitado já no contracheque de setembro para todo o funcionalismo público de Santa Catarina. E isso é motivo de celebração.

É motivo de celebração, Sr. Presidente e Srs. Deputados, porque o atual Governo do Estado, depois de resgatar nos dias 27, 28 de agosto a última parcela da mais penosa dívida encontrada no início da administração, que é a dívida com o salário, com o bolso do servidor público, vai poder continuar, a partir de setembro, despendendo esse mesmo valor financeiro para iniciar o processo de recuperação do salário do servidor. E é isso que precisa ser celebrado!

Uma nova fase que ficará marcada a partir de agora na vida do servidor público catarinense, Deputado Nelson Goetten, que durante três anos não sabia o que era receber o salário em dia! Não sabia se teria direito às vantagens constitucionais como o 13º salário, 1/3 de férias e, especialmente, a garantia do pagamento em dia, esse compromisso que todo o patrão deve ter. Mas durante três anos não foi esse o tratamento que recebeu o servidor público de Santa Catarina.

Para a nossa alegria, o atual Governo, em dois anos e sete meses, não só pagou o salário do seu servidor dentro do mês, religiosamente em dia, como também instituiu o vale-alimentação para todas as categorias do funcionalismo público. Pagou as promoções e agora, para nossa felicidade, inicia o processo de recomposição salarial, desta feita neste primeiro gatilho, neste primeiro momento, na ordem de 6,3%.

Isso representará, Srs. Deputados, algo em torno de R\$10 milhões. Aquilo que era despendido mensalmente para pagar o salário atrasado deixado pela administração anterior, agora continuará sendo dispensado para o bolso do servidor público, só que desta feita já consignado na sua folha de pagamento como crescimento no seu salário.

Tenho certeza de que num espaço de tempo muito pequeno haveremos de ver, Deputado Nelson Goetten, não só os 18,5% consignados na folha de pagamento do servidor, como também veremos o Governo repor as perdas a partir de 1º de julho de 2001, uma vez que a lei que aprovamos no final do mês de junho já deu essa abertura, já deu essa garantia para o servidor de que, feita a reposição dessa primeira parte das perdas do período de 1º de janeiro de 1999 a 30 de junho de 2001, vamos iniciar a recomposição das perdas a partir de 1º de julho de 2001 até o momento em que se liquidar essa primeira etapa.

Isto é motivo de celebração porque é uma nova fase que se inicia. Uma fase que eu espero, Deputado Nelson Goetten, seja virada na próxima terça-feira. Torço para que Santa Catarina, especialmente o seu servidor, nunca mais tenha que passar por uma situação tão constrangedora, tão difícil, tão massacrante como aquela de não saber se o salário pelo suor derramado durante o mês chegaria na sua conta bancária no final do mês. Isso nos alegra.

Se compararmos os percentuais que o Governo Federal e os Estados governados pelo Partido dos Trabalhadores que têm se mostrado, sempre quando na Oposição, na defesa intransigente dos direitos do servidor, quando está exercendo o mandato não tem efetivado esse discurso, Deputado Nelson Goetten. Basta analisarmos o percentual concedido pelo Governo do vizinho Estado do Rio Grande do Sul que foi de 25%, é verdade, e apenas para o Magistério. No entanto, esses 25% serão divididos em 6% em agosto, 6% em dezembro deste ano, 5% em agosto de 2002 e, pasmem, Deputados Nelson Goetten, Heitor Sché e demais Deputados, 8% em dezembro de 2002, para que o próximo Governo faça o pagamento.

O Governo da Coligação Mais Santa Catarina, Sr. Presidente e Srs. Deputados, concedeu e vai bancar na sua gestão, já iniciando com esse primeiro gatilho, com essa primeira cota, com essa primeira parte em 6,3%, o que marca efetivamente o início de uma nova era. Uma era de respeito, uma era de retomada da dignidade do servidor, uma era em que o patrão respeita o empregado, em que o Governo, pela vez primeira, não só cumpre a legislação pagando em dia, pagando os direitos, mas inicia também o processo de recomposição de perdas que durante muito tempo não se via em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Nelson Goetten - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Nelson Goetten - Deputado Joares Ponticelli, eu não poderia deixar de apartear-lo no momento em que está fazendo um importante comentário, no horário do nosso Partido, nesta tribuna, quando V.Exa. faz as citações que são necessárias em reconhecimento a um Governo que, com muito esforço, muita dedicação, vencendo muitas vezes o desafio de se defrontar com a Receita que não era compatível com as necessidades que tinha Santa Catarina, que era das obras, que era dos serviços e que era também de poder repor aquelas perdas salariais e pagar os atrasados de acordo com a vontade do Governo.

O Governador Esperidião gostaria de, no primeiro, no segundo, no terceiro mês de Governo já poder ter recursos para pagar o salário atrasado. Mas ele, que além de ter recebido o Estado numa situação delicada, tinha que, acima de tudo, também respeitar a lei de responsabilidade fiscal que, por certo, vai mudar um pouco a figura e a maneira de administrar, de fazer política pública neste

Estado e no Brasil; podemos dizer até de fazer política com mais responsabilidade. O Governador Esperidião Amin então, vence, realmente, esse desafio. E eu penso que nós tínhamos que fazer uma grande festa em Santa Catarina, porque foi um mês em que encerramos um compromisso que foi o de pagar a dívida do salário atrasado do servidor, fazendo justiça com aquele que trabalha em Santa Catarina.

E V.Exa. dizia muito bem: Governo que inaugura uma nova era, era em que se respeita novamente o servidor, respeita-se novamente o trabalhador e, além disso, repõe as perdas salariais, quando, depois de seis anos, o Governo Federal oferece 3,5 com muito sacrifício, para aí mostrar a dificuldade que se tem, na situação de hoje, de se dar aumento de salário, principalmente quando é aumento linear, há uma dificuldade imensa de disponibilizar esse recurso para aumento de salário.

O Governo Esperidião Amin aumenta, então, em 18%, este salário do servidor, rependo, então, as perdas salariais do seu Governo, desde a época em que ele assumiu, em janeiro de 99, até agora. E V.Exa. fazia um comparativo. Como é ativo, como é intransigente o PT quando está na Oposição! Mas como ele também fraqueja, como é impotente quando está governando, tanto que o pior Governo deste País, dito isso pelas pesquisas, está no nosso vizinho Estado do Rio Grande do Sul. Coincidentemente, não sei se é coincidência, é do PT. Claro que a coincidência também mostrou que a pior Prefeita, que o pior Prefeito também é do PT, mas deve ser coincidência.

Espero que até mude, porque o povo merece que eles mudem, que eles melhorem como Governo. Mas até agora se mostraram incompetentes como Governo. Mas ele oferece, então, esse aumento de salário e, vergonhosamente, repassa os últimos oito para que o futuro Governo do Rio Grande do Sul pague aquele aumento de salário apenas para uma classe, que é a do professor.

E, aqui, então, eles são intransigentes, dificultam o Governo, não têm a condição de vir aqui e de forma democrática reconhecer o trabalho que faz este Governo responsável, sério, trabalhador, determinado e, acima de tudo, cumpridor do seu dever de respeitar a Constituição deste País e do Estado de Santa Catarina, colocando como princípio primeiro o respeito ao servidor e ao catarinense.

Então, podemos dizer, hoje, que estamos governando um Estado vencedor. Estamos governando Santa Catarina com responsabilidade e podemos, aqui, como Companheiros do Governo, dizer ao nosso Líder, nesta Casa, Deputado Joares Ponticelli, que nos sentimos orgulhosos de poder ter vencido esta grande dificuldade. E digo mais: um Governo que tem ansiedade de fazer obras, um Governo que conhece as necessidades de Santa Catarina quando termina de pagar o atrasado, com certeza absoluta está mostrando o seu maior caráter neste momento, a sua maior capacidade de decidir, porque ele podia dispor desses 10 milhões e reunir os seus Prefeitos e a cada um deles, por mês, dar cem, 200 mil reais. E, por certo, desta forma, ele ia fazer política. E política de mais resultado, principalmente de resultado partidário.

Mas ele fez a opção maior de respeitar o servidor de Santa Catarina que vinha tendo perdas salariais e preferiu não fazer caixa com esses 10 milhões e sim repassar para ir recuperando e melhorando a vida do servidor e de sua família.

Eu acho que esse gesto é um gesto de um grande administrador, de uma pessoa que sabe respeitar e de uma pessoa que tem coragem de tomar decisão, porque os Prefeitos estão ansiosos, batendo na porta do Governo

todo o dia. Mas ele disse não, esses 10 milhões continuam sendo 10 milhões que vamos fazer de poupança todos os meses para ir melhorando o salário do servidor de Santa Catarina.

Eu fico feliz por isso! Leve sempre o nosso agradecimento ao nosso Governador e o nosso orgulho de fazer parte deste Governo.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, Deputado Nelson Goetten!

Eu reconheço, em especial, assim como o Deputado Heitor Sché e outros, que também pertencem à categoria dos servidores públicos de Santa Catarina e sei que os 6,3%, os próprios 18.49 estão aquém do que merece, efetivamente, o servidor público de Santa Catarina, mas estão muito além, Srs. Deputados.

Mas eu tenho conversado com o Deputado Moacir Sopelsa, que também tem sido intransigente nesta defesa, tem sido crítico, inclusive, com situações que outrora aconteceram em Santa Catarina, que é preciso que essa etapa seja superada definitivamente. Oxalá todos os Governos, daqui para a frente, possam sempre honrar esse compromisso com o seu trabalhador, com o seu servidor, porque sabemos o quanto o servidor público de Santa Catarina deve ter sofrido nesse período em que não podia contar sequer com o salário em dia.

E, no entanto, Srs. Deputados, nem por isso a qualidade do serviço público de Santa Catarina caiu. Nem por isso nosso bravo servidor esmoreceu ou desanimou, mesmo não tendo no final do mês a compensação pelo seu trabalho árduo e dedicado durante os 30 dias.

A partir de agora inauguramos uma nova fase que terá que ser continuada, porque é longo o período do sacrifício, de perdas. Mas tenho certeza que, com a responsabilidade, seriedade, honestidade acima de tudo, do atual Governo. Porque no momento continuará comprometendo os mesmos 10 milhões a cada mês em benefício do servidor público de Santa Catarina. Isso demonstra que o Governo foi honesto até aqui.

A capacidade de poupança continuará sendo dispensado ao servidor público de Santa Catarina para que possamos, num período muito próximo, vê-lo numa situação muito melhor que hoje ainda, em que pese termos plena convicção de que, desde 1999, o servidor público catarinense vive uma realidade de mais respeito, de muito mais zelo por parte do seu governante. Por isso, manifesto nossa alegria e satisfação em ver inaugurada essa nova fase, esse processo de recomposição ser iniciado.

E tenho certeza que, daqui para a frente, o servidor público de Santa Catarina, terá muito mais orgulho para poder reverenciar o governante que efetivamente tem demonstrado compromisso, tem demonstrado responsabilidade para com o seu colaborador. Por isso nossa mais profunda admiração e reconhecimento, pela forma transparente e honesta com que o atual Governo comanda Santa Catarina. Nosso respeito ao Governador Esperidião Amin, ao vice-Governador Paulo Bauer e à coligação Mais Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - O próximo horário pertence ao PSDB. Na ausência do PSDB, o próximo horário pertence ao PT.

Com a palavra o Sr. Deputado Francisco de Assis, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Sr. Presidente e Srs. Deputados, antes de tratar do assunto propriamente dito para o qual me preparei, desejo falar sobre as administrações do PT, até porque fomos citados. O PT não estava no Governo do Estado. Se o servidor ficou com alguma folha atrasada não foi por culpa do PT.

Segundo, o PT não é do mesmo Partido e não tem nenhum Prefeito que faz como Maluf: manda dinheiro público para fora do País para manter suas mordomias.

Esse é o Partido dos Trabalhadores que pode ter, sim, pego várias administrações com dificuldade. Mas não é o PPB, do Amin, do Maluf, que pegam dinheiro público e fazem o que fazem, tendo muitas vezes a coragem de dizer que roubam mas fazem. Este é o Partido do Maluf.

Então, cuidado quando vierem falar do Partido dos Trabalhadores nesta tribuna. Se preparem antes! Não façam acusações levianas, como muitos têm costume de fazer nesta tribuna.

O Sr. Deputado Lício Silveira (Intervindo) - V.Exa. fez uma colocação indevida. Fez com Maluf, Amin...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO ASSIS - Partido do Maluf e Amin. É o mesmo Partido, Deputado. É o PPB. É o mesmo Partido da Ângela Amin.

Mas me inscrevi para falar do reajuste dos servidores que o Governo do Fernando Henrique, apoiado pelo Partido do Amin e pelo Partido do Maluf, concede em nível nacional.

Este Governo está dando apenas 3,5% de reajuste aos servidores. Depois de sete anos de sofrimento recebem esse prêmio, esta grande vantagem.

Este é o PSDB que o Partido do Amin e do Maluf apoiam no Congresso Nacional. Este é o Governo Fernando Henrique. O Governo neoliberal que massacra este povo, que mantém os aposentados com salário-mínimo miserável. Este é o Partido do PSDB, apoiado pelo Partido do Amin e do Maluf. Este é o Governo Federal que temos no nosso País, para desgraça do povo brasileiro, para desgraça do nosso País. Privatizam as empresas, passam para as mãos de multinacionais o capital nacional e não tem vergonha de não manter nossa soberania. Este é o Partido do Amin e do Maluf. O PSDB que está entregando o nosso País, que está de joelhos no FMI, que submete a economia brasileira, o povo brasileiro ao capital internacional.

Neste momento, no Congresso Nacional, está se discutindo mais um projeto de privatização de uma grande empresa brasileira, os Correios e Telégrafos.

Um projeto do Governo Fernando Henrique, desse Governo que entregou tantas empresas estatais que tinham um compromisso público e social com o povo brasileiro. E este Governo agora quer entregar mais esta empresa. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que presta um grande serviço. Hoje, em todo o Brasil há movimentações, paralisações dos servidores dessa empresa contra a privatização.

Entre algumas questões desse projeto está o fim do prazo de entrega. Apenas os Municípios acima de 50.000 habitantes terão entrega de correspondência diária. Os demais Municípios brasileiros não terão mais este trabalho sendo feito diariamente.

Em Santa Catarina apenas 16 Municípios. É bom que a população catarinense saiba disso: que o Governo Federal está entregando mais uma empresa às mãos da iniciativa privada. Apenas 16 Municípios de Santa Catarina terão entrega diária de correspondência, porque esse é o projeto que está lá.

Vai haver também o aumento das tarifas como aconteceu com as telecomunicações, com a energia elétrica, enfim, isto também faz parte do projeto de entreguismo do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Como consequência vai haver também fechamento de agências, porque a privatização tem um pressuposto: o lucro e, consequentemente, demissão de funcionários, fechamento de agências em todo o canto desse País.

Acho que, sobre o Governo Fernando Henrique, sobre o PSDB, sobre o PPB, já falei. E não estava preparado para falar sobre isto hoje, mas fui provocado.

Mas me inscrevi hoje para falar de um projeto importante para Santa Catarina. Um projeto que os catarinenses vêm discutindo, que as entidades de Santa Catarina vêm discutindo, os 40 Parlamentares estão discutindo, que é a separação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do nosso Estado.

No Brasil, 17 Estados assumiram esta responsabilidade e já têm separado o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar.

Pelo que sabemos, o Brasil é o único País onde o Corpo de Bombeiros é vinculado à Polícia Militar. Na nossa avaliação esta separação vai ser boa tanto para a Polícia Militar, que vai ter mais autonomia, mais recursos, como para o Corpo de Bombeiros, que vai passar a ter autonomia, a ter mais recursos para melhor investir.

Se hoje houver *quorum* na Ordem do Dia iremos votar a admissibilidade deste projeto. Vários quartéis por este Estado afora estão fazendo debates, enfim, várias entidades da sociedade organizada, sobre este tema.

Hoje está na pauta a admissibilidade para votarmos e peço apoio dos Deputados para que aproveamos a tramitação.

Está prevista uma audiência pública para debater com mais profundidade os benefícios que a sociedade catarinense terá com a separação, com a autonomia do Corpo de Bombeiros.

Tenho informações de que o Governo do Estado, juntamente com a Polícia Militar, com o Corpo de Bombeiros, têm interesse e irá fazer um seminário para discutir este assunto, de tamanha importância para o nosso Estado.

Quero destacar os relevantes serviços que o Corpo de Bombeiros presta a Santa Catarina mas, principalmente, o Corpo de Bombeiros Voluntário que faz parte da estrutura do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

No último final de semana, em Braço do Norte, participei da formatura de bombeiros voluntários que, durante quatro meses, frequentaram curso junto ao Quartel de Corpo de Bombeiros Militar daquele Município.

É possível perceber o trabalho significativo que o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina vem realizando. Em muitos Municípios, graças a lei municipal instituída que criou o Fundo do Corpo de Bombeiros se possibilita que a instituição recupere algumas viaturas, melhore seus equipamentos, reforme os prédios onde estão instalados. Se não fosse isto, o Corpo de Bombeiro catarinense não teria mais condições de estar atuando.

Cumprimentos todos os Deputados que têm se manifestado favoravelmente a esta proposta e Santa Catarina, se incorporando aos demais 17 Estados, mais ao Distrito Federal, haverá de ter seu Corpo de Bombeiros separado da Polícia Militar para que os dois setores possam prestar um melhor serviço à população.

Com esta separação, Santa Catarina vai ter melhor atendimento destas duas instituições.

O projeto não é de minha autoria. É um sonho do Corpo de Bombeiros catarinense há mais de 10 anos, por ter certeza que isto vai ser bom para o povo de nosso Estado.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Sandro Tarzan.

O SR. DEPUTADO SANDRO TARZAN - Sr. Presidente, desejo convidar todos os Deputados para que amanhã compareçam no hall deste Poder, ocasião em que São Joaquim estará presente mostrando suas potencialidades. Sem dúvida é um Município importante do nosso Estado e tenho orgulho ter nascido naquela cidade.

Cumprimentos V.Exa., Sr. Presidente, que teve esta idéia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Reforço o pedido, Deputado Sandro Tarzan, porque amanhã a terra de V.Exa. estará representada no Projeto Retratos de Santa Catarina, que não é só meu, evidentemente, e nem da Mesa Diretora, mas dos quarenta Deputados, pois o Poder Legislativo é que está colocado nesse projeto que é um sucesso em Santa Catarina. E isso foi devidamente demonstrado com os Municípios que se prestaram em vir.

Chegou o dia de São Joaquim e, temos certeza, é um Município importante de Santa Catarina. Por isso reforçamos o convite do ilustre Deputado que representa aquela terra.

Passaremos à Ordem do Dia.

Justificamos a ausência do Deputado Manoel Mota, que se encontra em Brasília, nesse trabalho extraordinário da BR-101, em nome da Assembléia Legislativa, de todos os Deputados deste Poder, mas principalmente dos Deputados do Sul do Estado.

Vamos ver se, nesta semana, se Deus quiser, teremos uma solução para esse grave problema que aflige a população, não só do Sul de Santa Catarina, Deputados Joares Ponticelli e Ronaldo Benedit mas, também do Brasil, que é a duplicação da BR-101.

Também justifica a sua ausência o Deputado Júlio Garcia, que está exatamente no Sul do Estado tratando desse assunto relevante para o Poder Legislativo e para Santa Catarina.

O Sr. Deputado Nelson Goetten - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Nelson Goetten.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Sr. Presidente, gostaria que fosse feita a verificação de *quorum* antes de procedermos às votações, porque me parece que não temos Deputados suficientes para votarmos as matérias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Pois não, Deputado!

Antes de proceder a chamada, esta Presidência apela aos Srs. Deputados porque, pelo livro de presença, há número suficiente de Deputados para votar as matérias da pauta da Ordem do Dia.

Solicito à assessoria que traga à Presidência as assinaturas para verificar quantos Deputados estão presentes na Assembléia Legislativa e apelo aos Deputados que se encontram nos gabinetes ou fora do Plenário para que compareçam e possamos votar várias matérias importantes.

Estando presentes os Srs. Deputados na Assembléia Legislativa, tenho certeza absoluta que comparecerão ao Plenário e iremos votar todas as matérias que estão na pauta para evitar esses desencontros que estão havendo ultimamente neste Poder. Alguns se esforçam desesperadamente para votar as matérias e, por falta de *quorum*, outras deixam de ser votadas.

Apelo aos Srs. Deputados e tenho certeza absoluta que estão me escutando, para que venham ao Plenário para votar as matérias.

Mais uma vez solicito à assessoria que faça chegar à Presidência o livro de presença. Inclusive, Srs. Deputados, estamos 10 minutos adiantados no horário da Ordem do Dia. Assinaram o livro de presença 28 Srs. Deputados e, portanto, estão na Casa 28 Srs. Deputados. Como tenho algumas comunicações a fazer antes de procedermos às votações, vou fazê-las enquanto aguardo que os Deputados compareçam.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, como faltam 10 minutos para o horário normal de início da Ordem do Dia, pois é sempre às 16h que iniciamos e antecipamos hoje o horário pelo fato de alguns Partidos abrirem mão do horário partidário, proponho que V.Exa. suspenda a sessão por 10 minutos, até às 16h, para que possamos, depois, retomar os trabalhos. Até lá, tenho certeza, teremos a maioria dos Deputados presentes em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Acato a sugestão de V.Exa., antes, porém, a Presidência comunica que:

A Comissão de Fiscalização apresentou parecer favorável às seguintes matérias:

Ofício nº 0052/99, de procedência do Tribunal de Contas, que encaminha Relatório Anual de Atividades do Tribunal de Contas do Estado relativo ao exercício de 1998;

Ofício nº 0058/2000, de procedência do Tribunal de Contas, que encaminha Relatório Anual de Atividades do Tribunal de Contas do Estado relativo ao exercício de 2000;

Ofício nº 059/2001, de procedência do Tribunal de Contas, que encaminha Relatório de Atividades relativo ao primeiro trimestre de 2001;

Ofício nº 0066/2001, de procedência da Secretaria da Fazenda, que encaminha Relatório com as informações gerenciais referente ao mês de junho do corrente exercício.

Suspenderei a sessão por sete minutos, mas apelo aos Srs. Deputados para que não se ausentem do Plenário.

Vinte e oito Srs. Deputados assinaram a presença. Por consequência, temos número suficiente para votar.

Apelo ao Sr. Deputado Heitor Sché e ao Deputado Antônio Aguiar que convoquem os Deputados do PFL; ao Deputado Joares Ponticelli e ao Deputado Nelson Goetten que convoquem os Deputados do PPB; ao Deputado Ronaldo Benedit e o Deputado Rogério Mendonça que convoquem os Deputados do PMDB; à Deputada Ideli Salvatti que convoque os Deputados do PT e também aos demais Deputados membros de outros Partidos para que convoquem os seus Deputados para comparecer, se possível, ao Plenário.

Esta Presidência suspende, então, a presente sessão por sete minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0138/2001, de autoria do Sr. Deputado Heitor Sché, que altera disposições da Lei nº 10.609, de 1997 (despachante de trânsito).

Não há emendas à redação final.
Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Resolução nº 012/2001, de autoria do Sr. Deputado Jorginho Mello, que concede honraria de mérito ao Arcebispo de Florianópolis, Dom Eusébio Oscar Scheid.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Resolução nº 014/2001, de autoria da Mesa Diretora, que altera o art. 1º da Resolução DP/044/1996 e adota outras providências (gratificação de atividade legislativa).

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 034/2001, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que homologa os ajustes Siniéf nºs 01 e 02/01, ao protocolos ICMS nºs 07, 08, 11 e 12/01 e os convênios ICMS nºs 02, 03, 05 a 26/01, celebrados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 035/2001, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que suspende a execução das Leis nºs 1.446, 1.449, 1.450 e 1.452, de 1999, do Município de Pomerode (aquisição de imóveis e doação a particulares).

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 036/2001, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que homologa os Decreto nº 139, de 2001, Município de Barra Velha.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0254/2001, de origem governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no Município de Gaspar e adota outras providências (construção de um Quartel da Polícia Militar e Guarnição do Corpo de Bombeiros).

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0278/2001, de origem governamental, que acrescenta dispositivo na Lei nº 11.510, de 2000, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2001 e adota outras providências.

Foi apresentado um substitutivo global aos Projetos de Lei nºs 278 e 279/2001.

Conta com parecer favorável da Comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pedimos a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, esse substitutivo global, da forma como está proposto, não pode ser votado, porque faz referência ao PL nº 278, engloba o PL nº 279. Está viciado, não tem condições de ser votado o substitutivo.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Pedimos a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, a Sra. Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Só queria entender qual foi a questão que o Deputado Joares Ponticelli levantou.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI (intervindo) - Estou alertando que este substitutivo não tem condições legais de ser discutido, porque é um substitutivo que deveria englobar dois projetos de lei, não faz essa referência. Portanto, não pode ser votado da forma como está colocado.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Quero entender qual é a ilegalidade?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Existem dois projetos, Sra. Deputada, o de nº 278/2001 e o de nº 279/2001, de origem governamental. O primeiro acrescenta dispositivo na Lei nº 11.510, de 2000 e o seguinte, apenso, o Projeto nº 279, acrescenta o dispositivo na Lei nº 11.860, de 2001, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para ao exercício financeiro.

Foi para a Comissão de Finanças e esta apresentou substitutivo global ao PL nº 278 e não aos dois projetos. Acrescenta a Lei nº 11.510 e outras providências na Lei nº 11.860. A ementa está certa, o conteúdo não.

V.Exa. entendeu? Na emenda do Deputado que preparou o projeto substitutivo, o Sr. Deputado Afrânio Boppré, apresenta Substitutivo Global nº 1 ao PL 278/01.

(Passa a ler)

"O Projeto de Lei nº 0278.9/01 passa a tramitar com a seguinte redação: 'Acrescenta disposição na Lei nº 11.510, de 24 de julho de 2000, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2001 e adota outras providências e na Lei nº 11.860, de 25 de julho de 2001, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2002 e adota outras providências'.

A ementa está certa, agora vem o problema.

(Passa a ler)

"O Governador do Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica incluído o parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 11.510, de 2000 e ao art. 32 da Lei nº 11.860, de 2001, em conformidade com o estabelecido no art. 2º da Lei nº 11.859, de 25 de julho de 2001, com a seguinte redação.

Parágrafo único - Para repor as perdas salariais referentes aos períodos de 1º de julho de 1994 em diante, o Chefe do Poder Executivo concederá reajustes de vencimentos, com base ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, em percentuais e/ou valores idênticos, a todas as categorias dos servidores públicos civis e militares ativos, inativos e pensionistas da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Ass. Deputado Afrânio Boppré".

(Cópia fiel)

Só se retirarmos e fizermos nova redação, Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Estou entendendo que temos um problema redacional, Sr. Presidente. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Exatamente!

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Temos um projeto de lei e um substitutivo global a este projeto de lei, que acaba englobando um outro que não está na pauta.

Então, precisaríamos ter no substitutivo aprovado apenas a referência daquilo que é do Projeto nº 278.

Então, podemos fazer uma emenda redacional. O projeto não está em regime de urgência, podemos fazer a adequação. Podemos fazer de comum acordo para poder votar ou, então, tem que retirar de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Pois não, vou acatar V.Exa. retirando de pauta e vou devolver a Comissão para que o Deputado Afrânio Boppré prepare o novo substitutivo global ou prepare a emenda.

Concordo com V.Exa. retiro, portanto, de pauta.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade ao Projeto de Emenda Constitucional nº 0006/2001, de autoria do Sr. Deputado Francisco de Assis e outros, que altera os arts. 31, 50, 57, 71, 90, 105, 107 e 108 da Constituição do Estado e acrescenta artigos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Corpo de Bombeiros Militar)

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a admissibilidade.

Esta matéria vai novamente para a Comissão de Constituição e Justiça para julgar mérito.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar nº 0008/2001, de origem governamental, que altera e introduz dispositivos na Lei Complementar nº 156, de 1997, modificada pelas leis complementares nº 161, de 1997 e 194, de 2000 (regimento de custas e emolumentos - notificação extra judicial)

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado João Henrique Blasi, por 10 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria de pedir a atenção dos Srs. para a matéria a qual seremos chamados a deliberar na sequência, que é consubstanciada por Projeto de Lei Complementar de origem governamental que altera o regimento de custas e emolumentos e, sobretudo a forma de realização das notificações extrajudiciais. É preciso, desde logo, deixar claro, no entanto, que no ano passado, projeto de semelhante teor foi apresentado, aprovado por esta Casa, de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini.

E este projeto veio a ser vetado pelo Chefe do Poder Executivo que argumentou, que alegou, que justificou, infringência à cláusula de reserva de iniciativa ao Chefe do Poder Executivo.

Ato, continuo, ou mais precisamente em junho do corrente ano, o governador remeteu à Casa o projeto que, como disse e reafirmo, tem, basicamente, a mesma redação do projeto anteriormente intentado pelo Deputado Onofre Santo Agostini.

Na prática, resumindo aquilo que me parece ser o essencial, esse projeto modifica a sistemática vigente hoje em Santa Catarina, assegurada através de um provimento da Corregedoria do Tribunal de Justiça.

Esse projeto modifica a sistemática vigente em Santa Catarina assegurado através do provimento da Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça, que permite para os Cartórios de Registro Civil de pessoas naturais de títulos e documentos a possibilidade de realização de atos, não levando em consideração os critérios de divisão em Comarca.

Hoje, qualquer Cartório dessa área que mencionei, de registro civil de pessoas naturais e de títulos e documentos pode, de qualquer cidade do Estado, fazer esse tipo de registro para qualquer outra localidade.

Em se aprovando o projeto na forma que aqui está contemplado, vai se estabelecer a reserva de mercado, ou seja, só poderão fazer o registro naquela Comarca os Cartórios daquela Comarca. E o que isso na prática representa?

Todos sabemos das dificuldades que os pequenos Cartórios interioranos de registro civil e de títulos e documentos têm para se prover, para se auto sustentar, apenas e tão somente com os registros feitos naquela pequena cidade.

Diferentemente ocorre nas grandes cidades, onde o volume de serviço é tal, que os cartórios estão absolutamente satisfeitos e, só com o serviço demandado naquela cidade, naquela comarca, conseguem manter-se e manter-se muito bem. Tanto assim é verdade, que fui procurado por cartorários de três pequenos cartórios do interior, de Trombudo Central, de São José, que estão preocupadíssimos, porque a aprovação desse projeto vai, na prática, demandar a falência desses pequenos cartórios de títulos e documentos e de registro de pessoas naturais.

Mas essa não é apenas uma preocupação dessas pessoas. Essa é uma preocupação que vem ao encontro daquilo que dizem alguns doutrinadores, que analisando a lei de registro civil dizem, claramente, que, diferentemente do que deve acontecer com o registro de imóveis, que deve ficar circunscrito a cada Comarca, na análise do artigo da lei dizem o seguinte: "Para os escritórios de registro civil de pessoas jurídicas e de títulos e documentos", que é o caso, "está estabelecida a livre concorrência entre aqueles que realizam os serviços que por lei lhes são atribuídos."

Se aprovamos o projeto governamental vamos estabelecer a reserva de mercado! Vamos fazer com que os grandes cartórios continuem com o seu mercado nas grandes cidades e vamos sufocar os pequenos cartórios das pequenas cidades.

E essa matéria, aliás, teve repercussão na imprensa, e quero aqui mencionar o que disse o jornalista Raul Sartori no dia 17, sexta-feira passada. O título é: Cartorial.

(Passa a ler)

"Lobbies de todos os lados estão em choque. Os cartórios de títulos e documentos, sobretudo das grandes Comarcas, consequentemente com maior movimento, conseguiram sensibilizar o Governador, que acaba de remeter à Assembléia Legislativa o projeto de lei complementar que objetiva, fundamentalmente, recriar uma nefasta reserva de mercados na área. Se virar lei, cartórios de comarcas menores ficarão impedidos de atuar fora de suas sedes em casos de notificações extrajudiciais, contrariando as leis federais nº 6.015/73 e 8.935/94, que não fazem restrições quanto a limites de circunscções geográficas. Além disso, há o provimento 10/2000, da Corregedoria-Geral de Justiça, que estimula a livre concorrência como fator de aprimoramento na execução dos serviços em benefício dos usuários."

Então, essa nota sintetiza tudo aquilo que eu quis dizer neste momento, sobretudo, para chamar a atenção dos eminentes Deputados. Hoje há um sistema que entendo ideal, que permite que todos possam participar e prestar os seus serviços, que permite a sobrevivência dos pequenos cartórios. E se, porventura, aprovarmos esse projeto da forma como veio, vamos privilegiar os grandes em detrimento dos pequenos.

O Sr. Deputado Nelson Goetten - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Nelson Goetten - Quero cumprimentar V.Exa., Deputado João Henrique Blasi. V.Exa. tem feito uma explanação que é meritória. Temos que ter um grande cuidado e sou obrigado a concordar com a sua postura, com a sua posição. Também penso que estamos dando oportunidade de sobrevida ao pequeno cartório se não aprovamos esse projeto.

Quero dizer que sou contrário a aprovação desse projeto. Acho que estamos dando oportunidade para que os grandes engulam os cartórios pequenos. Penso que, com esse projeto, estamos dando muita oportunidade para centralizar cada vez mais o serviço dos grandes cartórios. Sou defensor do pequeno cartório, sou defensor da vida do pequeno cartório, portanto estou votando contra o projeto.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Agradeço a intervenção de V.Exa. que vem precisamente ao encontro do que falei.

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - Deputado João Henrique Blasi, concordo com o seu posicionamento quando fala das dificuldades dos pequenos cartórios. No entanto nós, que somos do interior do Estado, nos pequenos Municípios quando se fala em cartório, o povo, de uma maneira geral, tem uma certa apreensão, porque os cartórios estão vinculados ao Poder Judiciário. Digo o seguinte: o Poder Judiciário, não precisaria entrar...

Quanto ao fundo de reaparelhamento do Poder Judiciário. Outras coisas teriam que ser revistas. Se nas pequenas cidades compararmos os fóruns, o tamanho dos fóruns, com Apaes ou com pequenas entidades, colégios, há uma disparidade muito grande. Então a população as vezes faz esta relação, essa conotação de cartório com o Poder Judiciário como um todo.

Acho que isso tem que ser explicado de uma forma didática, acessível a população, para que entenda as dificuldades que vivem os pequenos cartórios do interior.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - A preocupação de V.Exa. é procedente e, na verdade, hoje, tem-se que entender que os cartórios exercem uma atividade nitidamente privada, apenas sob a fiscalização e controle do Poder Público.

O Sr. Deputado Lício Silveira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Lício Silveira - Deputado João Henrique Blasi, esse projeto tem parecer favorável das Comissões de Justiça e de Finanças. Gostaria que V.Exa. fizesse as colocações, se V.Exa, está com os projetos em mãos, se foi por unanimidade ou não esta aprovação? Nas duas Comissões?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Foi por unanimidade nas duas Comissões.

O Sr. Deputado Lício Silveira - Unanimidade?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Respondendo objetivamente, sim.

Sr. Presidente, muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Continua em discussão.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem a Sra. Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Quero apenas fazer encaminhamento porque o debate com relação a este projeto foi feito desta forma na Comissão de Constituição e Justiça. Quando o projeto tramitou na Comissão de Constituição nós, inclusive, fizemos consulta ao Tribunal de Justiça e o debate já tinha sido nesta linha, de não poder ter reserva de mercado, pois quando você faz a reserva de mercado permitindo que apenas possa ser feito pelo cartório da região e não de uma região para outra, a notificação, você está fazendo reserva de mercado, e isso é absolutamente incorreto, ilegal.

Então, estamos entendendo, não sei qual foi a confusão, entre tantas que vêm ocorrendo na Casa, mas o entendimento que tínhamos tido na Comissão de Justiça era de não fazer reserva, de não fazer feudo cartorial e, portanto, se o projeto está na linha de instituir feudo, a posição da Bancada do Partido dos Trabalhadores é contra o projeto também.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Para esclarecer todas as questões, para podermos analisar melhor esta matéria, peço a retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Mais uma vez defiro o pedido de V.Exa., ou seja, retirar a matéria de pauta.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Narcizo Parisotto, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito Municipal de Navegantes, Sr. Aderbal Ramos Cabral e ao Presidente da Câmara de Vereadores, Sr. Celso Antônio dos Santos, congratulando-se pela passagem do aniversário de emancipação político-administrativa daquele Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Ranzolin, que solicita o envio de mensagem telegráfica a excelentíssima Sra. Prefeita Ângela Regina Heinzen Amin Helou, cumprimentando pela inauguração do Elevado Francisco Dias Velho.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gelson Sorgato, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Legislativa de Chapeco, parabenizando aquela comunidade pela passagem do 85º aniversário de emancipação político-administrativa.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Heitor Sché, que solicita seja encaminhada ao Governador do Estado e ao Secretário de Transportes e Obras, proposição no sentido da continuidade do asfaltamento, da estrada que liga o Município de Santa Terezinha à BR-116, pois trata-se de uma obra de cunho social e econômico de grande importância para o Município.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Ideli Salvatti, solicitando regime de urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 211.8/2001, que denomina Deputada Antonieta de Barros o túnel da Via Expressa Sul, no Município de Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jaime Duarte, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Sr. Governador do Estado e ao Diretor da Casan, no sentido de que sejam realizados urgentes esforços para a construção de estação de tratamento de esgoto em Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do Sr. Deputado Nilson Gonçalves, a ser enviada ao Sr. Adherbal Ramos Cabral, Prefeito Municipal de Navegantes e ao Sr. Celso Antônio dos Passos, Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, cumprimentando-os pelo transcurso da data comemorativa do trigésimo nono aniversário daquele Município.

Esta Presidência defere de plano.

Moção de autoria do Sr. Deputado Jaime Duarte, a ser enviada ao Sr. Presidente da República, ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, ao Presidente em Exercício do Senado Federal e ao Presidente da Câmara dos Deputados, manifestando apoio ao movimento reivindicatório dos trabalhadores no serviço público federal, e solicitando cumprimento a decisão do Supremo Tribunal Federal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação de autoria do Deputado Joares Ponticelli, a ser enviado ao Secretário da Fazenda Dr. Antônio Carlos Vieira, questionando: Qual a situação da Empresa Cerâmica Susan, com referência a dívida ativa inscrita no processo 1161/1989, certidão de dívida ativa nº 12101213605.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação de autoria do Deputado Afrânio Boppré, a ser enviado ao Sr. Governador do Estado Esperidião Amin, pedindo cópia da auditoria interna (relatório 017/2000), que apurou irregularidade na Regional da Casan no Município de Lages.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontra.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Sr. Deputado Ronaldo Benedet, a ser enviado ao Sr. Governador do Estado Esperidião Amin, acatando proposição de entidades decorrentes da realização de Seminário sobre o Meio Ambiente realizado nesta Casa Legislativa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não havendo mais matéria na Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrita a Sra. Deputada Ideli Salvatti, a quem concedemos a palavra por até 10 minutos.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Srs. Deputados, durante o dia de hoje tive oportu-

nidade de acompanhar a assembléia dos professores da Universidade Federal de Santa Catarina, pela manhã, e no início da tarde, dos servidores da Escola Técnica Federal. Da mesma forma, como outros segmentos do funcionalismo público federal, estão entrando em greve estas duas categorias, se somando à outras que estão paralisadas, como dos servidores, dos funcionários técnicos administrativos da universidade e os funcionários da previdência.

E pela manhã, no debate feito na Universidade Federal, tivemos a oportunidade, de encontrar professores que lecionam também na nossa universidade do Estado. E as mazelas que se abatem sobre o serviço público, de maneira geral no nosso País, são praticamente idênticas entre os servidores federais e os servidores estaduais.

Amargando há muitos anos a falta de reajuste, as péssimas condições de trabalho e, no caso da Universidade Federal, amargando uma situação que tivemos a oportunidade de abordar aqui na Assembléia Legislativa, quando apresentamos a proposta da Emenda Constitucional para dar autonomia a universidade do Estado, a Udesc, porque, infelizmente, nossas universidades públicas, que são universidades de referência, reconhecidas, que primam pela qualidade do ensino que ministram, pela pesquisa que realizam, vêm ao longo do tempo, utilizando parcela significativa do dinheiro público, para capacitar professores que, depois de capacitados com o dinheiro público - porque são professores que fazem o seu mestrado, o seu doutorado, o seu pós-doutorado muitas vezes fora do País, com bolsa de estudo, estes profissionais quando retornam - não ficam nas universidades públicas, porque os salários miseráveis pagos, tanto na Universidade Federal, quanto na Udesc, acabam não mantendo, não segurando esses profissionais, aos quais o dinheiro público custeia sua capacitação e profissionalização.

Tivemos a oportunidade, nos debates feitos, na discussão sobre a autonomia da Udesc, em trazer este assunto à baila e, mais uma vez, isto vem colocado de forma muito ostensiva nos debates que foram feitos hoje pela manhã na Universidade Federal.

Além disso, outro tipo de debate: aquela privatização embutida na instituição pública, quando temos realizações de pesquisas, de assessorias feitas dentro da instituição, remuneradas, mas que são feitas utilizando a estrutura pública sem que o recurso volte para os cofres públicos. Inclusive, cursos pagos realizados dentro da Universidade Federal de Santa Catarina como temos na Udesc.

A Udesc é uma universidade pública, tem um curso de ensino à distância, necessário, importante, mas está sendo cobrado dos professores que estão se utilizando desse serviço.

Então, os assuntos são muito parecidos, são do conhecimento geral e precisamos ter soluções para eles.

Por isso que, na Comissão de Educação, cujo Presidente é o Deputado Nelson Goetten concordou, propusemos realizar, na próxima segunda-feira neste Plenário, a partir das 16h30min, uma audiência pública para debater a situação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Esta universidade tão decantada, tão reconhecida, tão elogiada, mas que, infelizmente, vive uma situação de muita precariedade na sua estrutura, nas suas condições de trabalho e, fundamentalmente, na questão da remuneração dos seus servidores.

No início da tarde, quando demos o informe da realização da audiência pública para tratar da questão da Universidade Federal, Deputado Nelson Goetten, na Assembléia da Escola Técnica veio a seguinte solicitação: precisamos realizar uma audiência pública para discutir o ensino profissionalizante. Precisamos trazer também para esta Casa, aproveitando o início da greve do pessoal da Escola Técnica, o debate sobre a questão do ensino profissionalizante. Não só da Escola Técnica, mas também da nossa rede estadual.

Então, já quero deixar de público a necessidade, Deputado Nelson Goetten, de podermos agilizar, quem sabe, na próxima segunda, na seqüência, uma audiência para debatermos também a questão do ensino médio profissionalizante, trazendo o pessoal da Escola Técnica que tem uma realidade e o do ensino médio da rede estadual.

Portanto, é isso que gostaríamos de, no dia de hoje, deixar registrado e nos solidarizar com os servidores públicos federais. Muita gente não acreditou que esta greve viria com força mas, como foi dito na assembléia da Escola Técnica, o acinte, o abuso, do Presidente Fernando Henrique anunciar para o ano que vem 3,5% de reajuste, depois de sete anos de congelamento da ampla maioria dos servidores públicos federais. Foi, mais ou menos, o equivalente a tentar apagar a fogueira jogando gasolina.

A reação dos servidores está aí com a ampliação da greve, com diversos setores entrando. Quero dizer que há muito tempo, eu que acompanho as manifestações, os encontros, as assembléias da Universidade Federal de Santa Catarina, eu não encontrava uma assembléia tão participativa, com os professores tão conscientes, firmes, decididos e obstinados em levar este movimento a uma vitória.

Então, me solidarizo com os servidores públicos federais, de maneira geral, que estão entrando neste movimento justo e, inclusive, que tem amparo legal, porque o Supremo Tribunal Federal determinou que tem ser dado reajuste anual aos servidores, pois o Presidente Fernando Henrique não pode se omitir, não pode se escusar, não pode se esconder e não pode ficar enganando a opinião pública com um projeto para o ano que vem, porque já houve a manifestação de diversos Ministros do Supremo, dizendo que a Constituição está em vigor e os reajustes anuais, desde o último, são devidos ao funcionário público. Ou seja, o reajuste tem que ser retroativo. É a reivindicação de 75% feita pelos servidores está amparada por lei e por decisão do Supremo Tribunal Federal.

Por isso nos solidarizamos com todos os servidores públicos federais que estão neste momento engrossando este movimento de greve. E, de forma muito especial no setor da educação, com o qual temos maior proximidade.

Na semana que vem abriremos espaço nesta Casa para a realização de audiência pública para debater a situação grave da Universidade Federal e estabeleceremos com o Deputado Nelson Goetten, na Comissão de Educação, a perspectiva de abrir uma audiência para discutir o ensino profissionalizante no nosso Estado, tanto o da rede federal como o da rede estadual de ensino.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra o Deputado Herneus de Nadal, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. Presidente e Srs. Deputados, há alguns meses realizamos neste Poder uma audiência pública através da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, para tratar de perseguição política nos quadros da Epagri, no interior do Estado.

Tratávamos, mais especificamente, do fechamento do escritório daquela empresa no Município de Nova Erechim. Além da transferência do técnico daquele Município e de outros Municípios emblemáticos como o de São José do Cedro, onde o técnico da Epagri foi Prefeito, Secretário Municipal da Agricultura e candidato a Prefeito nas últimas eleições.

Além da perseguição política a estes dois Municípios que me referi, houve a perseguição política patrocinada pelo Secretário da Agricultura, pela Epagri nos Municípios de Dionísio Cerqueira e de Anchieta.

Pois bem, Deputada Ideli Salvatti, depois de idas e vindas, depois das manifestações contundentes dos integrantes da comissão técnica a que me referi, e depois de vários apelos junto com a intersindical,

convergi-mos, naquele momento, para que não se tomasse nenhuma decisão, não se efetivassem as transferências que tinham o caráter punitivo da perseguição político-partidária expressa nas ações. Mesmo assim, a Epagri, numa decisão unilateral, efetivou as transferências, dando cumprimento as portarias expedidas e que, na palavra do Sr. Secretário da Agricultura, ficariam com seus efeitos suspensos até que se buscassem outras alternativas.

Para que se tenha uma idéia, o ex-Prefeito Renato Brueto, de São José do Cedro, que disputou uma eleição em composição tendo como Vice um integrante do PT, foi transferido para local distante 200 quilômetros da sua residência. Sua esposa trabalha no Besc há 20 anos e os filhos freqüentam a escola naquele Município. O Renato também é professor universitário e foi transferido como punição. Desenvolvia na região um trabalho importante na área de administração rural quando as transferências se efetivaram.

Precisaram, aqueles que têm a simpatia e a militância por uma outra cor partidária, buscar recursos junto ao Poder Judiciário para garantir o direito de trabalhar e de atender a nossa população, de fazer jus ao título e ao serviço de servidor público estadual.

De fato o nosso ex-Prefeito está com uma liminar mantendo-o em São José do Cedro. Só que não lhe dão atribuição, Srs. Deputados. A meu ver, há um crime. Além da perseguição política, que é inaceitável, que é um ilícito, há um crime quando um governante não dá trabalho para que o servidor público possa cumprir e se desincumbir da sua atividade, da sua tarefa e do seu mister.

O nosso ex-Prefeito, Renato Brueto, está com uma liminar concedida pela Justiça e está no Município de São José do Cedro sendo punido, sem receber trabalho, sem poder atender a sua população e sem atender os demais técnicos, aos quais ministrava informações e conhecimentos na área de administração rural. Ele é um palestrante renomado em toda a região e em diversos setores de várias grandes indústrias, principalmente da nossa região.

Em Dionísio Cerqueira, onde a Prefeitura é do Partido dos Trabalhadores, temos uma composição juntos, o agrônomo daquele Município também conseguiu a liminar. Mas agora houve julgamento - entreguei à imprensa há pouco - do mérito.

Houve perseguição político-partidária e a Justiça se encarregou de recolocar as coisas no seu devido lugar: vão permanecer nas suas comunidades.

Só esperamos que lhes seja permitido trabalhar. É um direito elementar. O trabalho está garantido na nossa Carta Magna, na nossa Constituição Federal. Queremos que se dê ao cidadão um direito elementar de poder trabalhar para manter a sua família e de cumprir com o seu papel dentro do organismo estatal a que pertence.

Por isso, Deputada, assomei à tribuna para fazer essa manifestação, porque não é possível mais que, nos dias de hoje, tenhamos que assistir a certo tipo de procedimento praticado contra pessoas de bem, que trabalham. Vivemos num século em que se imagina e que se pensa que há democracia e que essa democracia possa ser estendida a todos.

A Sra. Deputado Ideli Salvatti - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Pois não!

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Deputado Herneus de Nadal, quero parabenizá-lo pela vitória, pela liminar, pela obtenção da permanência dos funcionários no cargo e pelo desmascaramento, porque não tinha perseguição. É um Governo bom, maravilhoso, não persegue ninguém.

Gostaria também de poder complementar a sua fala, porque a perseguição feita pelo Governo do Estado na Epagri está sendo feita via Epagri em cima dos agricultores.

Aquele malfadado crédito de emergência, dos quais agora os agricultores estão

sendo obrigados a reconhecer a dívida, a assinar, e se não assinar - a instituição Epagri está-se prestando a isso -, o reconhecimento da dívida do crédito de emergência, não recebe benefícios, não recebe o Pronaf e Banco da Terra.

Veja a barbaridade: nem o Pronaf nem o Banco da Terra são programas do Estado, são programas federais. Mas via Epagri está se fazendo chantagem com os agricultores.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - O que é ilegal e irregular!

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Exatamente! Inclusive, a federação dos trabalhadores na agricultura familiar esteve na Assembléia, conversou com o Deputado Onofre Santo Agostini. Vamos trazer o debate para esta Casa - a proposta é que seja feito na semana que vem -, porque os agricultores estão entrando no Ministério Público de diversas regiões do Estado comprovando a chantagem que via Epagri está sendo feita em cima deles.

Então, veja bem, esse ótimo Governo, que não persegue, que não chantageia, legalista, está sendo desmascarado pelas ações dia após dia.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Incorporamos a manifestação, Deputada Ideli Salvatti.

Quando esses técnicos foram transferidos, o Presidente da Epagri, na mesma época, fez circular nos escritórios regionais os critérios para a transferência. Os critérios que deveriam ser obedecidos para que se transferisse um servidor de uma regional, internamente, dentro daquela área, para outras regionais.

Vejam ao que muitos integrantes do Governo se prestam. Assinaram documento onde dizia de que o critério era do servidor e deveria beneficiar o servidor mais antigo, se tivesse interesse na transferência.

O critério seguinte era para que transferissem as pessoas para os Municípios da mesma região onde não houvesse técnicos. E aí, Deputado Ronaldo Benedet, o técnico mais antigo foi transferido para a região de Concórdia. Pena atribuída a alguém que ousou, dentro do processo democrático, ser candidato a Prefeito Municipal de um Município onde já exerceu essa função.

Por isso lamento profundamente de ver esse tipo de procedimento, de ver uma pessoa assinar esse tipo de documento, e depois, Deputado Ronaldo Benedet, é bom que se diga, é muito pior, na própria defesa da Epagri fizeram a inclusão nos autos desse próprio documento para se defender. É digno de riso.

Mas, como não temos o hábito de sermos sarcástico, vamos ficar entristecido.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Quero parabenizar V.Exa. e dizer que é hora deste Governo se preocupar mais com a situação dos agricultores, e, ao invés de perseguir esses funcionários da Epagri e da Cidasc, ofereça esses técnicos para os agricultores que precisam de assistência técnica.

Estive na cidade de Jacinto Machado, no sábado passado, com os agricultores. E o que eles mais pediram? Precisam de assistência técnica, precisam de uma nova visão, precisam se adaptar ao mundo globalizado, às novas técnicas de gestão, que é uma das questões que precisa na propriedade rural.

Ou vamos ter uma política de Governo para que cada propriedade rural seja encarada como uma pequena, média ou microempresa e essa visão para o agricultor, no sentido de agroindústria em rede, que é um projeto moderno, avançado, ou teremos perseguição ao....

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Adelor Vieira, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, li hoje na coluna do renomado Jornalista Moacir Pereira, sob o título

FHC, inativos e servidores, uma expressão que achei bastante interessante, até porque a mídia ontem e hoje (em alguns segmentos) entendiam que a paralisação realizada ontem pelos aposentados pudesse ter sido interpretada como um ato político, de qualquer outro interesse que não o interesse dos aposentados.

Quero ler para que fique registrado nos Anais desta Casa, e até vou fazer isso de forma oficial, com requerimento, porque julgo da maior importância o que o Jornalista Moacir Pereira diz.

(Passa a ler)

"FHC, inativos e servidores

Pode-se até discordar do fechamento da BR-101. Mas se há uma categoria de trabalhadores neste País que tem todo o direito de acertar contas com o Presidente Fernando Henrique Cardoso é a dos aposentados. Depois de dar toda contribuição ao desenvolvimento do País, durante mais de 30 anos, não têm assegurado o direito de recomposição das perdas de seus proventos. Um Governo fora-da-lei insiste em considerá-los um estorvo.

Há sete anos no Poder, FHC teve o mérito de domar a inflação. Mas a crueldade com que executa esta política não tem precedentes. Vem liquidando com o poder aquisitivo da classe média. E prepara um novo golpe contra os assalariados. Nova dentada do leão, com aumento das alíquotas do Imposto de Renda.

A política tributária já é um desastre para o conjunto da sociedade. Desagrada a gregos e troianos. Não há um só empresário que aceite este crescimento constante da carga fiscal. Na área dos assalariados o golpe é ainda mais danoso. O Brasil é o único País do mundo em que o trabalhador com 400 dólares de salário (os que tem, vou acrescentar, porque a grande maioria tem apenas R\$180,00) tem que recolher imposto de salário, digo, Imposto de Renda. Na Argentina, apesar da situação caótica em que se encontra, só paga o tributo quem recebe mais de mil dólares por mês.

Sobre o funcionalismo federal, que hoje faz greve geral, também não há o que acrescentar. Os números falam mais alto sobre esta política desumana. É difícil encontrar outro parâmetro mundial. Sete anos de Governo FHC e sete anos sem qualquer reposição salarial, com os preços aumentando e uma inflação acumulada de 75%.

Este Governo só tem sido generoso com os bancos, com o sistema financeiro e o FMI."

(Cópia fiel)

Esta escrita merece um registro nos Anais desta Casa. Quando li quis parabenizá-lo, mas desejei fazê-lo nesta hora e vou pedir através de um requerimento, a fim de que seja transcrito nos Anais da Casa, porque caro jornalista Moacir Pereira, você colocou muitas verdades neste artigo de hoje.

Quando se fala nos sete anos parece a visão bíblica, parece os sonhos de José, os sete anos de vacas magras. Penso que estamos passando assim, Sr. Presidente, sete anos de vaca magra. Oxalá, os próximos sete anos sejam de vaca gorda, porque do jeito que está sendo tratado esta questão, é muito difícil sobreviver neste País.

Quero fazer um segundo registro, que é em relação ao Poder Judiciário. Fizemos recentemente uma indicação ao excelentíssimo Desembargador Francisco Xavier Vieira, Presidente do nosso Egrégio Tribunal de Justiça, quando pedíamos que fosse envidado todo o esforço na instalação urgente da Comarca de Araquari.

Solicitamos, também, que se pudesse viabilizar a criação de novas Varas para Comarca de Balneário Camboriú.

Muito já se tem falado sobre criação de Comarcas, sobre instalação de Comarca, sobre criação de novas Varas, mas creio que as de Araquari, que vai abranger Araquari e Balneário Barra do Sul, e a Comarca de Garuva e de Itapoá são de premente, são da maior urgência.

Por isso, nós recebemos com muita satisfação a resposta de que para Balneário Camboriú, diz o Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça:

(Passa a ler)

"Cumpra registrar que o pleito de criação de mais Varas na Comarca de Balneário Camboriú em relação a qual se preconiza a criação de 5 Varas, sendo duas Cíveis, uma Criminal, uma da Fazenda e uma da Família, há de esclarecer que conforme o projeto de lei já encaminhado a esta colenda Assembléia, Balneário Camboriú constituirá a 26ª circunscrição do Estado com 2 Juizes de Direito Substitutos ali sediados o que atende a instantes reclamos da sociedade daquele Município."

Em boa hora nós estamos vendo sinalizados, Sr. Presidente e Srs. Deputados, os reclamos daquela comunidade da Comarca de Balneário Camboriú. E também de igual forma sobre Araquari diz o Presidente do Tribunal Justiça, Francisco Xavier Medeiros Vieira.

(Continua lendo)

Finalmente, no que tange a instalação da Comarca de Araquari, os estudos feitos no âmbito interno do Tribunal são para sua efetivação, havendo apenas o óbice de dificuldades orçamentárias que se intenta superar com o pleito de suplementação orçamentária para este ano e dotação de verbas necessárias ao Orçamento do próximo ano."

Nós esperamos que o Presidente do Tribunal, como já temos falado tantas vezes e como ele mesmo tem reiterado que ainda este ano, Deputado Ivo Konell, nós possamos ver atendido esse pleito e instalado ali tanto em Araquari, quanto em Garuva, quanto em Itapoá, as Comarcas, sem esquecer de tantas Varas já solicitadas que são necessárias para a Comarca de Joinville. São algumas Varas que já estão, também, como pleitos prioritários daquela Comarca para ser assim atendida aquela população, porque nós entendemos, Deputado Francisco de Assis, que a Comarca de Joinville não pode mais continuar tão abarrotada de processos com a estrutura que hoje tem.

E no momento em que se instalar a Comarca de Araquari hoje contemplada com a sua Casa da Cidadania e também se instalar a Comarca de Itapoá, nós teremos uma substancial melhoria no que diz respeito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell)(Faz soar a Campainha.) - V.Exa. dispõe de um minuto para concluir.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Nós teremos uma melhor assistência judiciária não só àquelas comunidades de Araquari e de Garuva, que tem que se deslocarem por mais de 60Km para ser atendidos na nossa Comarca. E também fizemos o pleito para a Comarca de Balneário de Camboriú.

Desta forma nós nos sentimos gratificados, mas esperamos que o que está posto possa ser considerado pelo Presidente do Tribunal como algo prioritário. Que se necessário for se faça a suplementação orçamentária, que eu não tenho dúvida que esta Casa votará favoravelmente a qualquer suplementação orçamentária para o Poder Judiciário, porque entende a necessidade...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - O próximo orador inscrito é o Deputado Nelson Goetten, a quem concedo a palavra por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Sr. Presidente e Srs. Deputados, venho a tribuna para também fazer o meu pronunciamento de satisfação, de agradecimento, de reconhecimento ao esforço, ao trabalho, à dedicação, à persistência e à criatividade do Governador Esperidião Amin e de sua equipe, que depois de dois anos e sete meses de trabalho, de luta... Ou melhor, oito meses, conseguiram vencer aquilo, que no meu entender, era o ponto mais difícil do nosso Governo, que era pagar a folha atrasada do servidor de Santa Catarina.

Não foi uma tarefa fácil porque tínhamos, além de tudo, que respeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Tínhamos cinco milhões de catarinenses que também precisavam, que tinham carências, que tinham necessidades de

apoio, de parceria por parte do Governo do Estado. Precisavam de saúde, de educação, de segurança, de infra-estrutura de rodovias, de apoio à agricultura, de apoio ao desenvolvimento econômico e social.

Portanto, o Governo tinha que dar a contrapartida necessária para que o Estado continuasse a crescer, para que o cidadão catarinense resgatasse a esperança, a certeza, a confiança no seu Governo. Foi um sacrifício muito grande, que merece o nosso agradecimento. Penso que falo um pouco pelo servidor de Santa Catarina, aquele que sabe reconhecer, aquele que sofreu, aquele que recorreu ao seu cheque especial, aquele que passou vergonha na praça por ter o seu crédito negado, aquele que viveu a angústia de chegar ao final do ano e não poder comemorar o Natal e o Ano Novo com a sua família por não ter recebido o seu justo salário, resultado do seu trabalho em favor do catarinense. Não pode ter situação não só humilhante, mas mais triste para o servidor, do que trabalhar, e ao final do mês não receber o seu salário. Imagine passar três meses e não receber o salário.

Acho que nós temos que agradecer a este servidor que continuou se empenhando e lutando em favor de Santa Catarina cumprindo com o seu dever. Preciso que voltasse Esperidião Amin ao Governo para, através da sua seriedade e da sua responsabilidade, fazer novamente justiça ao servidor.

Quero também registrar outra ação do Governo que ao meu ver merece ser citada e reconhecida. No momento que terminou de pagar a folha, deparando com tantas carências, com tantas necessidades, com o clamor dos cinco milhões de catarinenses precisando de investimento, ele teve a coragem de dizer: esses R\$10 milhões que estamos fazendo de poupança para pagar o atrasado, a partir deste momento vai ser dado ao servidor para melhorar a sua qualidade de vida, para melhorar o seu poder aquisitivo, para fazer justiça com este que trabalha, para fazer com que eles reconheçam que o Governo de Santa Catarina respeita o seu servidor.

Então, portanto, é este o gesto que eu quero fazer em cumprimentar, em agradecer o nosso Governador. Não nos arrependemos em nenhum momento de ter sido solidário com o nosso Governo nesta Casa Legislativa, cumprindo com o nosso verdadeiro papel de companheiro, que merece e deve dar lealdade a ele. E, acima de tudo, entendíamos que não estávamos sendo leal a um Governo que estava conduzindo o seu Estado, o nosso é o caminho certo. E, acima de tudo, estava conduzindo a administração deste Estado, através de um trabalho calçado na seriedade, na economia e na criatividade.

Então, por isso que eu quero estender o reconhecimento e o cumprimento também a toda equipe do Governo, pois penso que não é fácil trabalhar quando se tem tanta dificuldade como enfrentou essa equipe de Governo. Administrar quando tem dinheiro é fácil, mas Esperidião Amin conseguiu vencer o desafio de colocar as finanças deste Estado em dia.

Não vendendo o patrimônio de Santa Catarina, porque aí seria fácil. Também não buscando dinheiro novo, porque também seria fácil, não deixando de pagar em dia o salário do servidor.

Quer dizer, pagou em dia e pagou o atrasado através do quê? Da economia, da seriedade, do crescimento do Estado e da diminuição de despesa.

Então, não vendemos patrimônio e não criamos novas dívidas, fizemos foi economia, trabalho e crescimento do Estado. Foi esta fórmula que fez com que hoje, então, pudéssemos comemorar a vitória de poder, junto com o servidor dizer, terminamos de pagar o salário atrasado, cumprimos com o nosso dever e, acima de tudo, podemos dar um pouco mais de esperança ao nosso servidor.

Mas também queria dizer e registrar que ao escutar o Deputado Herneus de Nadal mais uma vez vir a esta tribuna falar e acusar o

Governo Esperidião de perseguidor, e que anunciava hoje que ganhava na Justiça um servidor público o seu direito de voltar e retornar a sua função no Município de origem.

Eu quero só registrar ao Deputado Herneus de Nadal e deixar registrado nos Anais desta Casa que quando fomos fazer o levantamento para ver se realmente este Governo, que é o nosso Governo Esperidião, tinha através da sua equipe realmente praticado a perseguição aos servidores e ficamos estarelecidos ao fazer a comparação.

No Governo passado, portanto, no Governo que o Deputado Herneus de Nadal fez parte, só nas empresas da agricultura como Cidasc e Epagri as transferências chegaram ao número de 562, para 28 neste Governo, sendo que das 28 nove delas foram pedidas espontaneamente e apenas 19 foram feitas transferências por incompatibilidade administrativa. E isto é natural dentro do serviço público.

Mas o Deputado Herneus de Nadal fez parte de um Governo que dentro das empresas públicas, por ato extremo de perseguição, demitiram 166 funcionários. São estas as pessoas que se sentem no direito de vir a esta tribuna e acusar um Governo que tem sempre desenvolvido um trabalho, acima de tudo, respeitando o servidor de Santa Catarina.

Este Deputado, e a ele eu preciso dizer, que se ele quiser saber que se informe onde é que o seu Partido mandou trabalhar o Regional da Epagri do Alto Vale do Itajaí, Sebastião Abrão, quando eles administravam, que é recente. O Governo do PMDB administrava Santa Catarina há bem pouco tempo. Não deu para esquecermos ainda as transferências injustas que eles faziam e as perseguições que eles promoviam em Santa Catarina.

Então, está claro e evidente que hoje nós respeitamos o servidor. Agora há alguns casos de incompatibilidade que é necessário até para o bem do serviço público fazer algumas transferências. Nós precisamos deixar dito, e também lembrar, que o Governo Esperidião Amin, juntamente com o Secretário Odacir Zonta, tem procurado transformar aquela Secretaria, que aliás, é uma Secretaria que tem mostrado a sua atuação, a sua importância para Santa Catarina e a sua firmeza nas decisões neste momento em que vivemos o episódio da Febre Aftosa.

Foi aí que vimos a importância de uma pessoa preparada como o nosso Secretário Odacir Zonta, de uma pessoa preparada que está no comando da Epagri e das nossas empresas ligadas à agricultura, do segmento da agricultura em Santa Catarina, que tomaram posições administrativas, que fizeram com que Santa Catarina mantivesse a situação sob controle, não perdesse o mercado e não tivesse que estar hoje vacinando, porque essa era a vontade de alguns radicais, que comandados pelo Rio Grande do Sul, vinham fazer movimento em Santa Catarina, forçando a vacinação. E nós vencemos isso graças a competência e a seriedade do nosso Secretário, comandado e decidido também junto com o nosso Governador Esperidião Amin.

Dessa forma nós tocamos o Estado com seriedade, responsabilidade, e aos poucos vamos vencendo todas as dificuldades que vão surgindo no dia-a-dia das administrações públicas. E lá no meu Município de Taió, se fossemos falar em perseguição, nós vamos ver a prática do PMDB tão igual quando ele administrava Santa Catarina, colocando pessoas de bem, bons trabalhadores, no banco. É lá que você pode fazer a cópia, Deputado Herneus de Nadal, como é que o PMDB administra, perseguindo às pessoas.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - O próximo orador inscrito o Sr. Deputado Moacir Sopelsa.

(Pausa)

Na ausência do Sr. Deputado Moacir Sopelsa, com a palavra o Sr. Deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, ouvindo o pronunciamento do Deputado Herneus de Nadal, recordei-me, Deputado Ivan Ranzolin, do discurso de transmissão de cargo do Governo do Deputado Herneus de Nadal, que era o Paulo Afonso, para o nosso Governador Esperidião Amin. E ao ouvir do ex-Governador Paulo Afonso a manifestação de alegria com que ele encerra o Governo, Deputado Nelson Goetten, com mais de um bilhão de dívidas, com três folhas de pagamento atrasados, com o Estado sucateado no cartório, a polícia batendo na porta, a GM vindo pegar os carros, o cartório todo dia notificando. O Governador Paulo Afonso diz que saía com a consciência tranqüila, saía feliz.

E aí o nosso Governador relembrou parte da história do "rei que estava nu e não sabia". E ouvindo o pronunciamento do Deputado Herneus de Nadal tenho plena convicção de que os seguidores daquele rei continuam nus e não sabem. O nosso Governador respondeu que só dormiria feliz quando o servidor público de Santa Catarina não tivesse nenhum centavo para receber de seu patrão. Mas eles estavam felizes, o rei estava nu, e os seguidores do rei continuam nus. Que coragem que eles têm de vir questionar a administração da Epagri. Tem que ter muita coragem. O rei precisa continuar nu para fazer isso. Foram 166 demissões por perseguição política no Governo deles, no nosso Governo, quatro demissões por processos administrativos.

Foram 562 transferências. A grande maioria motivada pelo ódio, pela perseguição. No nosso Governo 28. Das 28, nove a pedido dos interessados. Das 19, Deputado João Rosa, por incompatibilidade política local, mas a grande maioria do PPB, do nosso Partido, Partido do Presidente da Epagri, Dionísio Bressan Lemos, que orgulha aquela instituição, que orgulha a região de Tubarão por ser seu filho, que orgulha o Governo do Estado pela forma decente, honesta, que conduz aquela empresa.

Eles têm coragem de vir cobrar, questionar. Eu, Srs. Deputados, então professor da Escola Técnica Dionísio Freitas de Tubarão bati às portas do gabinete do Deputado Herneus de Nadal, em 1995. Professor concursado, lotado legalmente naquela escola. Fui expulso da escola. Fui transferido arbitrariamente no dia 20/07/95, um dia antes do meu casamento.

Fui ao Banco do Estado de Santa Catarina receber o meu salário do mês e estava bloqueado pela decisão unilateral, arbitrária, do Coordenador Regional de Educação respaldado pelo Sr. João Matos, Secretário de Estado.

Meu salário foi bloqueado no dia que antecedia meu casamento. Fui buscar o meu direito e o Coordenador me dizia o seguinte: o Sr. tem direito e vai ganhar, mas vai buscar na Justiça enquanto vai ficar sem salário. Eu fiquei 11 meses sem salário.

O mandado de segurança que impetrei levou 11 meses para ser julgado. Fui impedido de entrar na minha escola, onde eu era lotado legalmente. Minha mulher ficou grávida neste período, meu filho nasceu e eu sem condição de sustentar minha família.

Tiraram aquilo que é mais digno do ser humano, do pai de família, a condição de sustentar a sua família, de colocar o pão na mesa.

Eu fui vítima dessa gente. Eu fui vítima dessa perseguição odiosa! Quando em fevereiro de 96 tive o julgamento, tive a Justiça restabelecida no Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, quando fui reintegrado pela unanimidade dos membros daquela Corte. Fui reintegrado à minha escola por 11 votos.

Voltei com a corda na mão no gabinete do Secretário para buscar o que me era devido. E ouvi do Secretário a seguinte afirmação: enquanto eu estiver nessa cadeira o Sr. não receberá. Somente quatro anos depois fui receber aquele período de salário que usurparam da minha conta bancária.

E agora querem cobrar ações desse Governo na área da agricultura? Eles precisam ouvir mais o que diz o Senador Pedro Simon. Recomendando que eles solicitem a fita do programa Boris Casoy de domingo, quando por três ou

quatro vezes ele fez referência às ações do atual Governo de Santa Catarina na área de agricultura. Eles precisam conversar com o candidato à Presidente da República pelo PMDB, com o tem elogiado publicamente o Governo de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Agradeço o aparte, Deputado.

V.Exa. fez até eu relembrar de um fato que aconteceu comigo. Antes da minha primeira eleição a Deputado, eu também sofri uma demissão dessa absolutamente injusta e fui buscar três anos depois no Supremo Tribunal Federal.

Mas isto já faz muito tempo. Talvez aquela perseguição da época me trouxe para esta Casa. E aprendi que a política, especialmente a de hoje, a da democracia, não permite mais que aqueles que estão no poder persigam politicamente aqueles que muitas vezes o ajudaram chegar ao poder, ou que tiveram uma posição contrária que tem de ser respeitada.

Felizmente isto começa a acontecer. Mas os ranços do passado ainda ficaram. Eu não sabia que tinha acontecido isto com V.Exa., mas talvez também tenha influenciado muito a sua decisão para ser candidato a Deputado e ingressar na vida pública.

Devo dizer também que esta frase do rei estar louco e não sabia, foi realmente citada pelo Governador Esperidião Amin no dia da posse. Devo dizer mais que só os súditos não ficaram nus porque realmente o atual Governo trouxe um pouco de cobertura, de abrigo para todos aqueles que servem o Governo e a população catarinense. Hoje estão todos abrigados, vestidos, e a partir do dia 26, agora, bem próximo, o Governador Esperidião Amin vai relembrar aquela frase que disse: "Só serei feliz quando não tiver ninguém com salário atrasado". Está bem em cima do lance, é no dia 26.

No mês de setembro já começa a reposição. Vi hoje que são 6,3%. Não é o ideal, mas é o que é possível feito com seriedade, com pagamento em dia e com responsabilidade acima de tudo.

Por isso, Deputado Joares Ponticelli, V.Exa. que é o Líder do Governo, pode ter certeza de que todos nós sabemos como se conduz este processo, que V.Exa. tem apoio integral das Bancadas que dão sustentação ao Governo.

Acredito que agora o Governo vai poder fazer grandes investimentos. O ano que vem será um ano de obras. Tenho certeza de que por mais quatro anos, porque não tenho a menor dúvida que a população catarinense vai reeleger Esperidião Amin pelo trabalho que vem fazendo à frente do Governo.

O Sr. Deputado João Rosa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado João Rosa - Nobre Deputado, temos histórias parecidas com relação ao nosso início de atividade político-partidária. Fui movido a me envolver nesta questão exatamente por uma situação muito parecida com a de V.Exa.

Com a permissão do Deputado Reno Caramori queria lembrar V.Exa. de um simples detalhe nesta história de que saio do Governo com a consciência tranqüila, como disse o ex-Governador Paulo Afonso. Mas deixou milhares de pais e mães de família com a cabeça quente, com três salários atrasados, pedindo socorro para amigos e parentes. Além do mais os credores, com certeza, também ficaram de cabeça muito quente.

Deputado Reno Caramori, obrigado pela lucidez do pensamento.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Nobre Deputado, agradeço seu aparte.

Deputado Ivan Ranzolin, eu também concordo que ainda não chegamos ao ideal, mas este é um processo que terá continuidade não só neste 1 ano e 4 meses de Governo que nos restam, mas nos próximos 4 anos de vencedor que Santa Catarina haverá de se manter.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Nobre Deputado, só para voltar um pouco atrás nas demissões, quero dizer que na minha terra, Caçador, o veterinário Brusco foi dispensado no terceiro dia após o lançamento da sua candidatura a Vereador pelo PPB e até hoje continua sem emprego.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Com a palavra o Deputado Francisco de Assis, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Sr. Presidente, colegas Deputados, funcionários desta Casa, não queria imaginar e nem pensar que as eleições do ano que vem ou a campanha do próximo ano já começassem a aflorar os debates nesta Casa. Afinal de contas, estamos assistindo e ouvindo diariamente acusações de um Governo que saiu, de um Governo que entrou, perseguições e outras coisas mais.

Mas me inscrevi neste horário para responder a algumas questões que foram novamente levantadas em relação ao Governador e ao Governo do Rio Grande do Sul.

Penso que deveríamos utilizar esta tribuna diariamente para tratar das questões de Santa Catarina, daquilo que mexe e que tem a ver com a vida dos catarinenses, dos trabalhadores do nosso Estado. Mas, infelizmente, somos provocados a ter que fazer a defesa daquilo que mexe com o nosso Partido e com os Estados e Municípios onde governamos.

Não gostaria de estar fazendo isso, não gostaria de precisar estar fazendo isso. Mas fui levado e me obriguei a usar novamente a tribuna para fazer alguns esclarecimentos à sociedade catarinense, que acompanha os debates desta Casa, que acompanha os Deputados nesta tribuna, em relação à política salarial do Governo do Rio Grande do Sul, que foi levantada pelos Deputados do PPB, do Amin, da Ângela e do Maluf.

Primeiro, em relação à folha de pagamento, Srs. Deputados.

(Passa a ler)

"1. A folha de pagamento do Rio Grande do Sul consome 85% da arrecadação daquele Estado.

2. O PMDB de Antônio Brito, no início do seu Governo, aprovou uma lei que estabelecia mecanismos de reposição salarial conforme a inflação, inclusive adotando gatilho quando a inflação chegasse a 10%.

3. Apesar da lei, o Brito não aplicou sequer a sua própria política. Ele definiu e não aplicou a política.

4. O Governo do Olívio, o nosso Governo, do PT, que está discutindo o Plano Plurianual, em que propõe uma série de medidas de desenvolvimento econômico para o Estado, propõe medidas de incremento da arrecadação de 9% da receita, quando prevê um ganho real aos servidores do Rio Grande do Sul de 4,6%." Ganho real! Não é apenas reposição, é ganho real de salário.

O que acontece com os servidores de Santa Catarina? Depois de todas as perdas que tiveram, dos salários atrasados, têm um Governo que não teve a preocupação com o servidor catarinense de repor imediatamente os salários atrasados. Pelo contrário, levou mais de dois anos para colocar em dia a folha de pagamento. E esse Governo não tem moral para dizer que se preocupa com os servidores de Santa Catarina. Se tivesse moral teria feito o pagamento no primeiro ano, como fez o Zeca, Governador do PT do Mato Grosso do Sul.

"5. No entanto, o empenho do Governo gaúcho é no sentido de diminuir o comprometimento com a folha de pagamento para até 65%, porém sem uma demissão sequer, apenas aumentando a receita."

O nosso objetivo é diminuir para 65%, conforme estabelece a lei. Agora, queremos fazer isso aumentando a receita do Estado do Rio Grande do Sul, sem prejudicar o servidor.

"6. Outra medida para adequar os gastos com a folha é conter os altos salários aplicando reajustes diferenciados para diminuir as distorções hoje existentes" - ou pelo menos na época, quando o Governo assumiu -;" estabelecer um teto estadual de salários a partir do estabelecimento de um teto nacional, que até agora não saiu.

7. No ano de 2000, colegas Deputados, foi concedido um reajuste - portanto no ano passado - aos servidores do Rio Grande do Sul de 14,9% para o quadro geral dos servidores. Apenas não foram incluídos aí os agentes fiscais." Todos os demais servidores do Rio Grande do Sul, no ano passado, tiveram um reajuste de praticamente 15%.

"8. A política de reajuste do Governo Olívio, que pretende acabar com os desníveis salariais, aprovou em julho deste ano um reajuste de 25% para o Magistério e funcionários de escolas, a ser concedido em quatro parcelas, sendo a primeira em setembro deste ano de 6% e a segunda em dezembro, também deste ano, de 6%, somando 12% no ano de 2001. O Governo reviu o plano de carreira proposto pelo Governo anterior e aprovou o plano solicitado pela categoria.

9 - Além disso, o Governo pagou no ano 2000 todas as promoções atrasadas desde 1993 e pagou as reposições nos níveis de 1%, que eram previstas nos planos de carreira dos servidores, e a Brigada Estadual - Polícia Civil - recebeu um aumento no seguro de vida de 222%.

10 - Portanto, o reajuste concedido até o final deste ano pelo Governo Olívio vai atingir o índice de 22,8%, o que revela uma política muito mais justa do que os mínguaos 18% que o Governo Amin se dispõe a repor, quando as perdas salariais em Santa Catarina chegam perto dos 250%."

Os servidores do Rio Grande do Sul vão ter um ganho de 4,6% real. No Rio Grande do Sul, o Governador deu no ano passado praticamente 15% de reajuste.

E agora, os colegas Deputados, não todos, mas quem se pronunciou - e a população e os Deputados que estavam aqui tiveram a oportunidade de ouvi-los - estão querendo manchar a imagem do nosso Partido, o PT, envolvendo o Governo do Rio Grande do Sul, dizendo que Santa Catarina tem uma política melhor que aquele Estado.

Pensam que enganam a população, pensam que não daríamos a resposta! A população de Santa Catarina, Deputados, percebe, conhece, quem governa este Estado, já conheceu da vez passada! Sabe o que aconteceu com o porto de São Francisco do Sul! A população de Santa Catarina não se engana!

É muito cedo para alguém vir a esta tribuna cantar resultado das eleições do ano que vem. É muito cedo, tem muita água para rolar! Tem muita coisa para mostrar para o cidadão catarinense! Tem muita coisa para dizer. A política desse Governo, que é submissão a mesma política implantada pelo Governo neoliberal do Governo Fernando Henrique, que se coloca abaixo da política implementada por este mundo afora, neste mundo capitalista, neoliberal, implementada pelo FMI.

Então, essa política de Santa Catarina não tem nada a ver de preocupação com os servidores deste Estado. Não tem nada a ver! Isso é apenas discurso, e os servidores de Santa Catarina sabem bem disso!

Que Governo é esse que se preocupa com os servidores de Santa Catarina, quando se propõe a vender, por exemplo, o Besc? Que Governo é esse que se preocupa com os servidores de Santa Catarina, que levou mais de dois anos para colocar em dia a folha de pagamento, que o outro Governo também não teve competência para fazê-lo com decência, que também não se preocupou com os servidores!

Então, por isso, acho que é muito cedo para qualquer Colega nosso vir aqui cantar ou fazer algumas previsões sobre as eleições do ano que vem.

Penso que nós, Deputados, temos que nos preocupar em fazer um grande mandato e defender todos os servidores, no geral, todos os trabalhadores do nosso Estado. Preocuparmo-nos de fazer um mandato decente, de falar de nossas propostas, dos nossos projetos, não querendo trazer questões de outros Estados, fazer comparativos, sem ter clareza ou, talvez tendo a clareza, tentar enganar a população com jogo de palavras, usando esta tribuna, este microfone, neste espaço democrático, de uma forma errada, quem sabe de propósito para tentar confundir a opinião dos catarinenses.

Precisamos deixar de falar coisas que não conhecemos, ou se conhecemos, não podemos falar coisas que não são verdades.

Falei sobre isso porque estamos com apenas quatro Deputados neste Plenário, mas a TVAL está transmitindo ao vivo. E algumas pessoas que ouviram os comentários anteriores precisavam conhecer a realidade sobre o Rio Grande do Sul e sobre o que acontece naquele Estado.

Gostaria de estar discutindo as questões do nosso Estado, daquilo que Santa Catarina precisa melhorar, aquilo que o cidadão catarinense precisa saber, do que vem acontecendo, dos projetos que estamos apresentando.

É para isso que temos que usar este espaço, que é democrático, sim! Todos têm o direito de falar o que querem, o que pensam. A Constituição dá o direito, as leis dão o direito de falar o que queremos.

Agora, não vão pensar que alguém vem falar alguma coisa e fica por isso mesmo, não tem ninguém para dar a resposta.

Acho que temos que nos preparar, porque as pessoas má intencionadas, que querem colocar no mesmo nível todos os Partidos, todas as formas de governar, para responder a altura, com verdade, não com mentira! Com verdade sobre o que vem acontecendo no nosso País e, principalmente, neste caso, com o Governo Olívio Dutra, no Rio Grande do Sul, que com certeza nos orgulha pela forma democrática com que conversa com os servidores, como trata as questões dos servidores, principalmente na questão do salário do trabalhador gaúcho, que presta serviço ao povo daquele Estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo Konell) - Inscrito para falar o Sr. Deputado Nilson Gonçalves, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. Presidente e Srs. Deputados, muitas pessoas não entendem que este horário pertence à Explicação Pessoal e sendo assim muitos dos Srs. Deputados vão ao gabinete atender políticos da região ou atender outros compromissos, mas não posso deixar de ocupar este espaço para dar uma satisfação do nosso trabalho diário na Assembléia Legislativa.

Fizemos indicação endereçada ao Presidente da Casan, Deputado José Carlos Vieira, que é joinvilense, da famigerada Casan, que para nós em Joinville é um nome bastante complicado, diria até um palavrão, solicitando para que viabilize a construção de uma estação elevatória para tratamento de esgoto no conjunto habitacional Severo Gomes, de Joinville.

É necessário que se faça esse pedido através da Assembléia, porque já foram feitos outros pedidos de outra forma e não foram atendidos. É para atender um conjunto habitacional que tem cerca de 1.700 lotes, e que mais de uma centena desses lotes já prontos para serem entregues às famílias cadastradas.

São pessoas já cadastradas e que já estão habilitadas para receber o lote, mas não é entregue porque a Casan não fez o seu papel, que é construir uma estação elevatória para o tratamento de esgoto até a lagoa de tratamento.

Sabe quanto custa esta obra? Custa apenas R\$60.000,00. A princípio parece uma verba enorme, mas talvez os senhores não saibam que Joinville proporciona à Casan uma arrecadação de R\$3.000.000,00 por mês.

Portanto, penso que não estamos pedindo nada mais do que uma coisa justa, ou seja, que a Casan destine R\$60.000,00 para construir uma estação elevatória para que famílias que estão aguardando ansiosas os lotes para lá se instalar.

Pedimos, através de uma indicação, e usamos a tribuna para dar conhecimento às pessoas que não sabem disso, para com a maior urgência possível se construa essa estação no conjunto habitacional Severo Gomes, no nosso amado Município de Joinville.

Estamos sugerindo também ao Governador do Estado que mande para esta Casa um projeto de lei visando já o que... a gente faz o projeto esbarra na Comissão de Justiça por ser inconstitucional. Cada projeto que eu mando para lá o problema é sempre a inconstitucionalidade do projeto.

Então, estamos sugerindo ao Sr. Governador que encaminhe para esta Casa um projeto visando isentar o pagamento de ICMS as operações de transporte de produtos destinados à reciclagem industrial. Qual seja, o lixo seletivo, o transporte do lixo seletivo, o transporte de outros produtos que vão para a reciclagem industrial.

Como os Srs. sabem os ganhos destes produtos são muito pequenos, infinitamente, pequenos. E desestimula o cidadão que sustenta a sua família a continuar trabalhando nesse segmento. Desestimula, porque é muito pouco, pois ainda tem que pagar ICMS em cima desse transporte.

Com a isenção do ICMS em cima desse transporte vai poder dar condições a estas pessoas que vivem, sustentam suas famílias através deste precário transporte para levar até uma indústria o produto deste lixo seletivo etc, possam ter um ganho, pelo menos, decente e possam continuar na sua atividade.

Evidentemente, não estou pedindo nada de grande mas que vem facilitar a vida de muitos cidadãos catarinenses.

Pediria, portanto, ao Governador que enviase para esta Casa, estou fazendo este pedido através de uma indicação - um projeto de lei nesse sentido. E baseado em exemplo de outros Estados, especialmente do Estado do Paraná, estou também sugerindo ao Secretário de Segurança pública a instalação de urnas para denúncias em locais de grande movimentação de pessoas nas grandes cidades do nosso Estado, especialmente a nossa Joinville, de urnas para a colocação de denúncias contra traficantes de todo o tipo de contravenção, de crimes no nosso Estado.

A população de Joinville sabe, as pessoas sabem onde é feito o tráfico de drogas, onde fica a casa que vende droga, onde fica o prostíbulo, porque a prostituição também trabalha com tráfico de entorpecentes, etc., mas não faz a denúncia. Não denuncia porque não quer se expor. Tem medo de represália, então não se expõe.

No Estado do Paraná, (eu até posso dar um exemplo mais específico), em Ponta Grossa, foram colocadas urnas em vários pontos da cidade. Esse exemplo de Ponta Grossa acabou proliferando para outras cidades do interior do Estado do Paraná. Com isso estão sendo desvendados crimes que em muitas situações estavam insolúveis, estão sendo descobertos pontos de revenda de drogas que a polícia "não sabia". Enfim, estão sendo solucionados vários casos que a polícia não estava tendo condições de fazer.

É um bom exemplo e pode ser seguido. Por que não fazemos em Santa Catarina também? É uma sugestão que estamos levando ao Secretário de Segurança Pública. Se não for possível fazer para o Estado inteiro, que faça em Joinville Sr. Secretário! Faça uma experiência, coloque as urnas em Joinville. Tem até os dizeres

aqui: "colabore com a segurança pública da sua cidade evitando o aumento da criminalidade", aí vem a urna com o brasão da polícia, etc. Excelente! Uma idéia simples, mas que tem bastante profundidade, principalmente numa cidade em que a bandidagem está tomando conta, como é o caso de Joinville.

Em Joinville, só para os senhores terem uma idéia, tem tanta modalidade de crime que agora esta semana, para minha surpresa, surgiu uma outra: não estão apenas assaltando as residências, agora estão levando o portão da casa do cidadão. Não é um ou dois casos. Isso foi objeto de reportagem do meu programa de televisão no dia de hoje. O cidadão está dormindo

em casa e o bandido chega não para assaltar a casa dele, mas para levar o portão, que é de alumínio, bonito, bem feito, caro. Carregam o portão da casa do cidadão. Quando ele levanta no dia seguinte ele está de portas abertas para a rua, como diz o ditado.

Então as coisas realmente preocupam esse Deputado na questão da segurança e essa sugestão que estou dando ao Secretário, com certeza, virá de encontro aos anseios da comunidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivo

Konell) - Não há mais oradores inscrito em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, encerramos o horário destinado a Explicação Pessoal.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, às 9h com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

RESOLUÇÕES DP

RESOLUÇÃO DP N. 068/2001

Faço saber que a Assembléia Legislativa, usando de prerrogativa outorgada pelos arts. 12, inciso XI, e 14, inciso VI, letra "I", do Regimento Interno, aprovou e eu, Deputado Onofre Santo Agostini, Presidente, promulgo a seguinte Resolução:

Altera o art. 1º da Resolução DP n. 044/96 e adota outras providências.

Art. 1º Fica alterado para 20% (vinte por cento) o percentual definido na parte *in fine* do art. 1º da Resolução DP n. 044, de 13 de agosto de 1996.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de julho de 2001.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, de agosto de 2001.

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputado Francisco de Assis - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO DP N. 069/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições

Autoriza a concessão de Honraria de Mérito ao Arcebispo de Florianópolis, Dom Eusébio Oscar Scheid.

Art. 1º O Poder Legislativo do Estado de Santa Catarina concede ao Arcebispo de Florianópolis, Dom Eusébio Oscar Scheid, Honraria de Mérito pelas relevantes ações pastorais prestadas ao Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A honraria estabelecida no artigo anterior será concedida em forma de placa personalizada.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Resolução correrão à conta do orçamento próprio do Poder Legislativo do Estado.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, de agosto de 2001.

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputado Francisco de Assis - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS

RESOLUÇÃO Nº 1262/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Aos servidores de outros órgãos, cedidos à disposição da Assembléia Legislativa, com ou sem ônus para a origem, poderá ser concedido o Auxílio-Alimentação estabelecido pela Resolução nº 1344, de 21 de outubro de 1993.

Parágrafo Único - O benefício constante no *caput* deste artigo, aplica-se ao servidor que comprovadamente não o percebe no seu órgão de origem.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2001.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Barriga-Verde, em 23/08/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputado Francisco de Assis - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 1263/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º A estrutura de servidores efetivos da Comissão Permanente de Avaliação de Bens Inservíveis, designada com base na Resolução DP nº 059/1993, será mantida e aproveitada na atual composição de pessoal de que trata a parte *in fine* do artigo 2º da Resolução DP nº 067/2001.

Art. 2º A composição dos servidores que prestarão assessoramento à Comissão Permanente de Avaliação, disciplinada no § 2º da Resolução DP nº 067/2001, será efetuada mediante indicação do Diretor da Divisão de Recursos Materiais e anuência do Diretor do Departamento Administrativo.

Art. 3º Aos servidores que compõem e assessoram a Comissão Permanente de Avaliação, estabelecida pela Resolução DP nº 067/2001, é atribuído o benefício previsto na Resolução nº 1359/94.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º/06/2001.

Art. 5º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Palácio Barriga-Verde, em 23/08/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputada Odete de Jesus - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 1264/2001

Acrescenta função de Chefia e Assistência Técnica, PL/CAT, à Estrutura Administrativa da Assembléia Legislativa e dá outras providências.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com fulcro no artigo 40, XIX, da Constituição Estadual,

RESOLVE:

Art. 1º Fica acrescido ao Anexo Único da Resolução nº 037, de 26 de janeiro de 1998, a função de Chefia e Assistência Técnica - PL/CAT, abaixo discriminada:

Procuradoria de Finanças (Coordenador Remessa de Informações TCE) 01

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Barriga-Verde, em 23/08/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputada Odete de Jesus - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 1265/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com a Resolução DP nº 040/92, c/c Resolução nº 037, de 26/01/98,

DESIGNAR **SILVIA RIBAS DE MIRANDA RAMOS**, matrícula nº 2213, para exercer a função de Chefia e Assistência Técnica - PL/CAT, atribuindo-lhe o percentual de 40% (quarenta por cento) de gratificação. (Procuradoria de Finanças (Cordenadoria de Remessa de Informações ao TCE).

Palácio Barriga-Verde, em 23/08/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputada Odete de Jesus - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 1266/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a aquisição de hum mil distintivos c/pino bandeira ALESC, para serem oferecidos à autoridades quando em visita a este Poder Legislativo.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução, correrão por conta da dotação orçamentária própria da Assembléia Legislativa, Item 3120.00.11.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 21 de agosto de 2001.

Palácio Barriga-Verde, em 23/08/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputada Odete de Jesus - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 1267/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a aquisição dos materiais abaixo relacionados:

a) vinte e cinco troféus em bronze oferecidos as autoridades presentes à Sessão Solene comemorativa aos 90 anos da cidade de Canoinhas;

b) uma placa em aço fotografado, para homenagear o Prefeito Municipal de Canoinhas;

c) duas placas em aço fotografado, ofertado ao professor **JOÃO D. F. LIMA** e o Irmão **VICTOR BARBOSA VIEIRA**;

d) duas placas de aço fotografado c/acrílico e estojo, ofertados em Sessão Solene a entidades religiosas de SC.

Art. 2º As despesas constantes no *caput* deste artigo, correrão por conta da dotação orçamentária própria da Assembléia Legislativa, Item 3132.00.18.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 21 de agosto de 2001.

Palácio Barriga-Verde, em 23/08/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputada Odete de Jesus - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 1268/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1073/2001,

RESOLVE: nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18/04/91,

CONCEDER ao funcionário **PEDRO BITTENCOURT NETO**, matrícula nº 0536, ocupante do cargo de Advogado, código PL/ATS-12-A, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licenças-Prêmio referente aos quinquênios (*cinco períodos*) compreendidos entre 26/06/75 a 22/03/76 e 27/04/76 a 01/08/80; 02/08/80 a 01/08/85; 02/08/85 a 01/08/90; 02/08/90 a 01/08/95 e de 02/08/95 a 01/08/2000, sendo que os (*três*) primeiros quinquênios, anteriores a Lei Complementar nº 36, de 18/04/91, com conversão de 1/3 (um terço) em dinheiro.

Palácio Barriga-Verde, em 23/08/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputada Odete de Jesus - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 1269/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do Processo nº 0803/2000,

RESOLVE: *de acordo com a Resolução nº 208, de 28/06/1968 e, em conformidade com a Lei Complementar nº 150 de 08/07/96,*

CONCEDER *PENSÃO ESPECIAL*, a **ELIZABETH BONATELLI**, viúva do ex-Deputado Estadual José Celso Bonatelli, a contar de 17 de maio de 2000.

Palácio Barriga-Verde, em 23/08/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputada Odete de Jesus - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 1270/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do Processo nº 1270/2000,

RESOLVE: *de acordo com a Resolução nº 208, de 28/06/1968 e, em conformidade com a Lei Complementar nº 150 de 08/07/96,*

CONCEDER *PENSÃO ESPECIAL*, a **IZAURA DA SILVA RIBAS**, viúva do ex-Deputado Estadual Cid Loures Ribas, a contar de 26 de julho de 2000.

Palácio Barriga-Verde, em 23/08/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputada Odete de Jesus - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 1271/2001

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos do artigo 62, item I e do artigo 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde)

CONCEDER LICENÇA a **PAULO ROBERTO SILVA**, matrícula nº 0934, ocupante do cargo de Auxiliar Legislativo, código PL/ATA-6-H, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 60 (sessenta) dias, a partir de 16/08/2001.

Palácio Barriga-Verde, em 23/08/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputada Odete de Jesus - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

RESOLUÇÃO Nº 1272/2001 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **ALTAIR PEIXOTO**, matrícula nº 0782, ocupante do cargo de Jornalista, código PL/ATS-12-H, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 60 (sessenta) dias, a partir de 30/07/2001.

RESOLUÇÃO Nº 1273/2001 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **LEVI DA SILVA PAULO**, matrícula nº 1385, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-H, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 60 (sessenta) dias, a partir de 04/08/2001.

RESOLUÇÃO Nº 1274/2001 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I e do artigo 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **RITA DE CASSIA SILVA DE ANDRADE**, matrícula nº 1850, ocupante do cargo de Engenheiro, código PL/ATS-10-I, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 90 (noventa) dias, a partir de 18/06/2001.

Palácio Barriga-Verde, em 23/08/2001

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente

Deputada Odete de Jesus - Secretário

Deputado Ivo Konell - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DA PROCURADORIA

Harry Egon Krieger, Procurador-Geral

Maria Aparecida Tridapalli Archer -Secretária

ATA DA 1393ª SESSÃO ORDINÁRIA

No primeiro dia do mês de agosto do ano dois mil e um, às quatorze horas, sob a Presidência do Procurador-Geral, Harry Egon Krieger, reuniu-se o Colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1393ª sessão ordinária. Presente o Procurador Paulo Rocha Faria e os advogados designados Anselmo Klein, Maria Margarida Bittencourt

Ramos e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. Foram apreciados os seguintes processos: 1) Relatoria do Procurador Paulo Rocha Faria - aprovados pareceres aos processos 1259/01, de Carlos Vinicius Lannes Duering; 1276/01, de Maria Geraldina da Silva Souza; 1284/01, de Paulo José Rosa. 2) Relatoria do Dr. Anselmo Klein - processos 1538/00, de Jorge Roberto Krieger; 641/01, de Clerson Larroyd; 1202/01, de Ana Maria Baggio da Silva; 1205/01, de Martha Duarte da Silva; 1263/01, de Dulce Maria da Costa; 1264/01, de Maria Otília Lopes; 1275/01, de Laine Maria de Nadal e proc. s/n - Ofício nº 190/AP/2001, Deputado Nelson Goetten, "orientação sobre procedimentos legislativos", pareceres aprovados; pelo indeferimento, os processos 641/01 e 1205/01. 3) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos - aprovados pareceres aos processos 1141/01, de Dejour de Oliveira; 1166/01, de

Yara Quintanilha Young; 1260/01, de Osmar Pedro de Souza; 1272/01 - 1273/01, ambos de Maria Aparecida Rosa Eckert. 4) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira - processos 1218/01, de Adi Silva de Oliveira e 1228/01, de Diógenes Domingos Grigolo, não votados em virtude de pedido de vista do Procurador Paulo Rocha Faria e do Dr. Anselmo Klein, respectivamente; proc. 1269/01, de Eduardo Guedes de Oliveira, parecer aprovado; o Relator retirou de pauta o proc. 1283/01, de Beatriz Campos Elias Acorsi. Deu conhecimento, ainda, da orientação oferecida à Administração relativamente às impugnações ao Edital de concorrência nº 002/2001. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão, convocando outra, ordinária, para o próximo dia oito (8) de agosto, à mesma hora e local. Eu, Maria Aparecida T. Archer, secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos procuradores e advogados presentes. Sala das sessões, 1º de agosto de 2001.

*** X X X ***

Harry Egon Krieger, Procurador-Geral

Maria Aparecida Tridapalli Archer - Secretária

ATA DA 1394ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de agosto do ano dois mil e um, às quatorze horas, sob a Presidência do Procurador-Geral, Harry Egon Krieger, reuniu-se o Colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1394ª sessão ordinária. Presentes o Procurador Paulo Rocha Faria e os advogados designados Anselmo Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, José Carlos da Silveira, Luiz Alberto Secon e Fábio Furlan. Aprovada a ata da sessão anterior. Antes de iniciar a pauta, o Procurador-Geral saudou os advogados Dr. Luiz Alberto Secon e Fábio de Magalhães Furlan, novos designados para compor o quorum do Colegiado. Em igual sentido, manifestaram-se o Procurador Paulo Rocha Faria e os doutores Anselmo Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos e José Carlos da Silveira. Os novos designados agradeceram as palavras de boas vindas e declinaram o desejo de trabalhar pelo engrandecimento da Procuradoria Jurídica e da Assembléia Legislativa. Foram apreciados os seguintes processos: 1) Em regime de vista, processo 1228/01, de Diógenes Domingos Grigolo, teve aprovado por maioria, Voto de vista do Dr. Anselmo Klein, pelo deferimento, 2) Relatoria do Procurador Paulo Rocha Faria - aprovados pareceres aos processos 172/01, de Paulo Roberto Arenhart; 704/01, de Rosélia Florêncio; 1285/01, de Paulo José Rosa; 1315/01, de Armando José Müller. 3) Relatoria do Dr. Anselmo Klein - processos 1303/01, de Darci Costa; 1304/01, de Celso João da Rocha; 1309/01, de Edu Oliveira Soares; 1310/01, de Marília Machado; 1317/01, de Maria da Graça Cardoso; 1337/01, de Cesar Belloni Faria; proc. s/n - contrato CL nº 017/97 - PHS Engenharia Projetos Ltda, pareceres aprovados; deu-se por impedido, no processo 1337/01, pelo parentesco com o requerente, o Procurador Paulo Rocha Faria. 4) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos - processos 1297/01, de Breinar Aguiar e 1307/01, de Estela Maris Rossini, aprovados; comunicou ainda que elaborou informações na ADI nº 2474 (STF). 5) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira - processos 1254/01, de Emilio Gabriel da Silva, aprovado parecer do Relator por maioria; votou contra o Dr. Anselmo Klein e com restrições o Procurador Paulo Rocha Faria; aprovados pareceres aos processos 1299/01, de Wilmar Soares; 1301/01, de Otávia Napolini Bustamante; 1318/01, de Cesi José Vieira; 1321/01, de Cléia Maria Braganholo; saiu de pauta com pedido de vista do Procurador Paulo Rocha Faria, o processo 1325/01, de Paulo Ricardo Gwoszd. 6) Relatoria do Dr. Luiz Alberto Secon, processo 1339/01, de Olivio Armando dos Santos, parecer aprovado. 7) Relatoria o Dr. Fábio Furlan, aprovados pareceres aos processos 1323/01, de José Carlos de Oliveira e 1333/01, de Paulo Bittencourt. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão, convocando outra, ordinária, para o próximo dia quinze de agosto, à mesma hora e local. Eu, Maria Aparecida Tridapalli Archer, secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos procuradores e advogados presentes. Sala das sessões, 8 de agosto de 2001.

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Comissão Permanente de Licitações da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que no CONVITE Nº 13/2001, aquisição e a colocação de painéis de persianas horizontais, modelo original, com largura da lâmina de 25mm e 16mm, (tendo como referência o modelo original Luxaflex), conforme se detalha no Edital próprio e seus Anexo I e II., decidiu pela desclassificação da empresa **Antonio Carlos Ribeiro Persianas - ME.**, por não atender ao item 4.6 (mencionar assistência técnica na grande Florianópolis, credenciada pelo fabricante com declaração de que a mesma dispõe de peças para reposição) do Edital, e classificar as demais pelo critério de menor preço, na seguinte ordem:

1ª Classificada: **Persianas Vertisul Indústria e Com. Ltda. - ME.**, ao valor global de R\$ 17.986,78 (dezesete mil, novecentos e oitenta e seis reais e setenta e oito centavos);

2ª Classificada: **Carlos Alberto Marques Machado - ME.** (Alfa Decorações) ao valor global de R\$ 20.839,00 (vinte mil, oitocentos e trinta e nove reais).

Florianópolis, 23 de agosto de 2001

Antônio Henrique C. Bulcão Vianna

Presidente

*** X X X ***

OFÍCIO

COMISSÃO FISCALIZAÇÃO, CONTROLE, EFICÁCIA LEGISLATIVA E REDAÇÃO DE LEIS

14ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

Ofício nº 038/01 Florianópolis, 23 de agosto de 2001

Exmo. Senhor

ONOFRE SANTO AGOSTINI

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Florianópolis - Santa Catarina

Senhor Presidente,

Em reunião do dia 22 de agosto do corrente ano, os senhores Deputados-Membros da Comissão de Fiscalização, Controle, Eficácia Legislativa e Redação de Leis, aprovaram por unanimidade a transferência da Reunião da Comissão para todas as quartas-feiras, às 11:00 horas, na sala de reunião das Comissões.

Certo de sua devida atenção, expresso votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

DEPUTADO JAIME MANTELLI

Presidente

*** X X X ***

PORTARIAS

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

PORTARIA Nº 325/2001 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **VERA LÚCIA CARDOSO**, matrícula nº 1600, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-H, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 08 (oito) dias, a partir de 03/08/2001.

PORTARIA Nº 326/2001 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **VILSON JOSÉ FLORIANO**, matrícula nº 2159, ocupante do cargo de Auxiliar Legislativo, código PL/ATA-5-H, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 04 (quatro) dias, a partir de 07/08/2001.

PORTARIA Nº 327/2001 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I e do artigo 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **MARIA DE LOURDES EMERIM MEDEIROS**, matrícula nº 1242, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-H, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 17/08/2001. Palácio Barriga Verde, em 23/08/2001

CESAR LUIZ BELLONI FARIA

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 328/2001

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos do artigo 62, item II, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Doença Familiar)

CONCEDER LICENÇA a **MARCIA BITTENCOURT**, matrícula nº 1401, ocupante do cargo de Bibliotecário, código PL/ATS-10-I, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 05 (cinco) dias, a partir de 06/08/2001.

Palácio Barriga Verde, em 23/08/2001

CESAR LUIZ BELLONI FARIA

Diretor

*** X X X ***

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

PORTARIA Nº 329/2001 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **GILBERTO LUIZ HELFENSTEIN**, matrícula nº 1930, ocupante do cargo de Motorista, código PL/ATM-9-H, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 20 (vinte) dias, a partir de 09/08/2001.

PORTARIA Nº 330/2001 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **MAURÍCIO CLOVIS SCHWINDEN**, matrícula nº 1532, ocupante do cargo de Engenheiro, código PL/ATS-12-H, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 08/08/2001.

PORTARIA Nº 331/2001 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I e do artigo 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **LAURI SILVA DO HERVAL**, matrícula nº 2005, ocupante do cargo de Administrador, código PL/ATS-12-H, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 20/08/2001.

Palácio Barriga Verde, em 23/08/2001

CESAR LUIZ BELLONI FARIA

Diretor

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 341/01**Reconhece o Município de Braço do Norte como Capital Catarinense da Moldura**

Art. 1º - Fica reconhecido o Município de Braço do Norte como Capital Catarinense da Moldura.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2001.

Francisco de Assis Nunes

Deputado Estadual - PT

Lido no Expediente

Sessão de 23/08/01

JUSTIFICATIVA

Desde o princípio da colonização a Região Braço Nortense já foi considerada uma das mais próprias para a habitação. Foi em 1839 que Braço do Norte recebeu o seu primeiro morador e, depois então em 1870, com a chegada dos primeiros imigrantes alemães, o desenvolvimento se expandiu; logo em 1875, chegaram os italianos, e no ano seguinte os portugueses. Em 1877 foi dado início a demarcação de terras, por iniciativa do agremensor Carlos Othon Schalappal. Em 31/12/1953 conseguiu-se a criação do município, que em 1955 foi declarado inconstitucional. A nova criação deu-se através da lei 231/55 sendo nomeado prefeito provisório o senhor Daniel Brunning. Braço Do Norte hoje é um município rico em indústria, com muitas opções de empregos.

A agricultura é privilegiada por terras propícias para pastagem e plantações. É uma terra rica em **produtos Coloniais**, sendo destacada pela criação de suínos e plantação de fumo. A lavoura possui tecnologia moderna e de bons resultados como; adubação e tratamento fitossanitários.

Mas Braço do Norte se sobressai ainda mais no setor Moldureiro. Braço do Norte detém o maior Complexo Industrial de Molduras do Mundo. Sendo destacada no setor industrial, como **Capital Sul Americana da Moldura**. O comércio é bem diversificado, cobrindo todas as opções de compras, não sendo necessário ir a outros centros.

Dar a Braço do Norte o título de Capital Estadual da Moldura é enaltecer e valorizar os costumes e tradições cultivadas nesse município, como também a forte atividade econômica que liga este ao trabalho de todos que se aperfeiçoaram nesta arte.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 342/2001

Declara de utilidade pública a Associação Estadual dos Rondonistas de Santa Catarina, de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Estadual dos Rondonistas de Santa Catarina, com sede no Município de Florianópolis e foro na Comarca da Capital.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam asseguradas todas as vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em
DEPUTADO JAIME DUARTE

Lido no Expediente

Sessão de 23/08/01

JUSTIFICATIVA

A entidade apresenta neste Projeto de Lei, tem por objetivo congrega, em todo o Estado de Santa Catarina, as pessoas que, direta ou indiretamente, tenham participado das atividades do Projeto Rondon, e por finalidade:

I - Propugnar pelo voluntariado estudantil no desenvolvimento de ações e de promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

II - preservar a memória do projeto Rondon, divulgando suas ações, história e contribuição ao desenvolvimento e à integração nacional, bem como à efetiva interação comunidade e instituições de ensino do Estado de Santa Catarina;

III - promover gestões que objetivem ações conjuntas de governo, instituições de ensino, através de seus corpos docentes e discentes - iniciativa privada e comunidades, que visem a participação dos estudantes em atividades curriculares e extra-curriculares nas localidades urbanas e rurais do Estado de Santa Catarina, tomando conhecimento da realidade social daquelas comunidades.

IV - proporcionar às comunidades urbanas e rurais oportunidade de se beneficiarem da mão-de-obra especializada dos professores e estudantes das instituições de ensino, de forma temporária ou permanente, a título de ação comunitária para o desenvolvimento de suas populações;

V - promover programas de ensino, pesquisa e extensão com instituições de ensino e instituições similares no que se refere aos programas de preservação ambiental das reservas da biosfera e das unidades de conservação localizadas no Estado de Santa Catarina;

VI - desenvolver, estimular e executar a implantação e acompanhamento de programas de qualidade nas áreas ambiental, saúde, educação e assistência social;

VII - promover programas de consultoria, capacitação e treinamento de mão-de obras com as comunidades, especialmente as localizadas no interior do Estado.

VIII - desenvolver acompanhamento ou supervisão, diretamente ou mediante parceria ou cooperação técnica, em ação conjunta com os órgãos envolvidos, mediante a celebração de convênios, acordos, ajustes, contratos ou similares, com entidades públicas ou privadas, nacionais e internacionais, visando à obtenção de recursos para a consecução e desenvolvimento de seus objetivos e finalidades;

IX - participar de ações conjuntas com organizações governamentais e não-governamentais consoantes com objetivos comuns do Mercosul; e X - promoção de estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologia alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos.

Por entender ser de real interesse público, é que submeto o presente Projeto de Lei à apreciação dos Senhores Deputados, para proporcionar o alcance da Declaração de Utilidade Pública à Associação Estadual dos Rondonistas de Santa Catarina.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 343/01

Declara de Utilidade Pública a Associação dos Diabéticos do Estado de Santa Catarina - ADESC

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública a **Associação dos Diabéticos do Estado de Santa Catarina - ADESC**, com sede na cidade e comarca de Florianópolis.

Art. 2º - A entidade que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões,

Florianópolis, em 22 de agosto de 2001.

VOLNEI MORASTONI

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 23/08/01

JUSTIFICATIVA

Através da presente proposição, trata-se de Declarar de Utilidade Pública Estadual a "Associação dos Diabéticos do Estado de Santa Catarina - ADESC", localizada no Município de Florianópolis - SC. Entidade sem fins lucrativo, fundada em 26 de fevereiro de 1989, com duração ilimitada e de caráter assistencial e filantrópico, visando objetivos de estabelecer assistência às pessoas portadoras de Diabetes e suas famílias, com a finalidade de prevenção, tratamento e reabilitação.

O título de Declaração de Utilidade Pública Estadual, almejado por esta Associação, tornar-la-á apta para usufruir dos benefícios concedidos pelo Poder Público Estadual, ampliando desta forma o atendimento às pessoas portadoras de Diabetes no Estado de Santa Catarina.

Em conformidade com a Lei nº 10.436/97, que dispõe sobre a Declaração de Utilidade Pública Estadual, o presente Projeto de Lei, está instruído e legitimado.

Considerando o devido atendimento à legislação vigente e a relevância dos serviços prestados pela "Associação dos Diabéticos do Estado de Santa Catarina - ADESC" à sociedade catarinense, solicitamos aos Excelentíssimos Senhores Deputados a aprovação desta proposição, concedendo à entidade mencionada o título de Utilidade Pública Estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 344/01

Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DA LAGOA E ARREDORES - ACMLA. "

Art.1º: Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DA LAGOA E ARREDORES - ACMLA -, com sede e foro no Município de Barra Velha, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 2001

NILSON GONÇALVES

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 23/08/01

JUSTIFICATIVA

A Associação Comunitária dos Moradores da Lagoa e Arredores - ACMLA -, fundada em 22 de abril de 2000, com sede e foro na cidade e comarca de Barra Velha, neste Estado, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, político partidário e/ou religiosos, com prazo e duração indeterminado, caráter representativo, reivindicatório e educativo para preservação do meio ambiente e da qualidade de vida da Comunidade.

A instituição tem por finalidade, entre outras, congregar os moradores e amigos da comunidade, representá-la, organizar movimentos comunitários de caráter beneficentes, defesa do meio ambiente, culturais, desportivos e todos aqueles que visem o bem estar da comunidade.

Preenchendo os requisitos previstos na Lei nº 10.436, de 01 de julho de 1997, e ante a evidente utilidade da entidade para a sociedade catarinense, espero contar com a compreensão e o apoio dos Eminentíssimos Colegas Deputados, para a aprovação do presente Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 345/01

Fica instituído o Fundo Estadual de Moradia Popular, de natureza contábil especial, administrado pelo Conselho Estadual de Moradia Popular.

Art. 1º Fica instituído o Fundo Estadual de Moradia Popular, de natureza contábil especial, administrado pelo Conselho Estadual de Moradia Popular.

Art. 2º O fundo destina-se ao financiamento e implementação de programas habitacionais de interesse social para a população de baixa renda, segundo diretrizes a serem determinadas pelo Conselho Estadual.

Art. 3º Para efeitos desta lei, considera-se população de baixa renda a população moradora em precárias condições de habitabilidade e/ou em áreas com carência de infra-estrutura e ocupação desordenada do solo, em áreas urbanas e rurais, com renda familiar igual ou inferior a cinco salários mínimos vigentes do país.

Art. 4º São considerados programas habitacionais de interesse social:

- I - construção de moradias populares;
- II - produção de lotes urbanizados dotados de infra-estrutura;
- III - reforma ou recuperação de unidades habitacionais;
- IV - aquisição de materiais de construção;
- V - regularização fundiária;
- VI - aquisição de áreas para fins habitacionais;
- VII - urbanização de favelas;
- VIII - projetos de pesquisa de materiais e sistemas de construção alternativos;
- IX - outros programas definidos pelo Conselho Estadual de Moradia Popular;

Art. 5º Constituirão recursos do Fundo Estadual de Habitação:

- I - Dotação Orçamentária do Estado;
- II - contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras;
- III - os recursos repassados do FGTS para programas habitacionais no Estado;
- IV - os recursos provenientes de empréstimos externos e internos para fins habitacionais;
- V - parcela dos recursos das cadernetas de poupança destinados no Estado para a realização de programas habitacionais;
- VI - cinquenta por cento dos resultados líquidos de jogo e aposta, das loterias estaduais e concursos de prognósticos de qualquer natureza, inclusive dos prêmios não pagos;
- VII - os recursos repassados ao estado para financiar programas habitacionais;
- VIII - os resultados das aplicações financeiras dos recursos do Fundo Estadual de Habitação;
- IX - os recursos provenientes de Fundos Nacionais de Moradia Popular;
- X - os recursos provenientes de multas aplicadas aos municípios ou agentes executores em função do descumprimento das determinações do Conselho Estadual de Moradia Popular;
- XI - outras receitas que lhe vierem a ser destinadas.

Art. 6º Fica instituído o Conselho Estadual de Moradia Popular, que terá as seguintes competências:

- I - estabelecer as diretrizes e os programas da Política Habitacional Popular no Estado;
- II - definir e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Moradia Popular;
- III - propor, analisar e avaliar os programas de moradia popular, implementados pelo Governo Estadual;
- IV - fixar critérios para a distribuição dos recursos do Fundo Estadual de Habitação aos Municípios;
- V - estabelecer a política de subsídios;
- VI - estabelecer os critérios para credenciamento e habilitação dos agentes promotores e de assessoria técnica, priorizando as prefeituras, iniciativas de auto-gestão, cooperativas de ajuda mútua, sindicatos e outras entidades dos movimentos populares;
- VII - analisar e fiscalizar os programas anuais e plurianuais de investimento do Estado referentes a sua política habitacional popular;
- VIII - analisar e priorizar os projetos habitacionais dos agentes promotores;
- IX - elaborar seu Regimento Interno;

§ 1º O Poder Executivo Estadual constituirá assessoria técnica que dê suporte ao trabalho do Conselho Estadual de Moradia Popular, inclusive na área jurídica.

§ 2º Caberá ao Conselho Estadual de Moradia Popular obter todas as informações necessárias, junto as esferas do poder público, para o exercício de suas funções.

Art. 7º O Conselho Estadual de Moradia Popular terá a seguinte composição:

- I - cinco representantes indicados pelo Governo Estadual;
- II - cinco representantes indicados pelos Agentes Promotores;
- III - cinco representantes indicados por movimento entidades populares, eleitos em encontro estadual amplamente e especialmente convocado para este fim.

§ 1º Cada representante terá seu respectivo suplente.

§ 2º O mandato dos Conselheiros será de dois anos, permitida a reeleição uma única vez, por igual período.

§ 3º As decisões do Conselho Estadual de moradia Popular serão tomadas pela maioria simples, com a presença de no mínimo nove de seus membros.

§ 4º O Conselho elegerá o seu presidente respeitando o critério da rotatividade entre as bancadas.

§ 5º O Executivo fica responsável de providenciar os meios necessários para o bom funcionamento e desempenho do Conselho, imediatamente após a promulgação desta Lei.

Art. 8º O Conselho Estadual será instalado no prazo de noventa dias a contar da promulgação desta Lei.

Art. 9º No prazo de cento e vinte dias o Poder Executivo deverá apresentar ao Conselho a proposta de regulamentação do Fundo Estadual de Moradia Popular para fins de apreciação e aprovação.

Art. 10. No prazo de trinta dias, a partir da instalação do Conselho, o Poder Executivo Estadual deverá constituir a Assessoria Técnica.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua Publicação. Sala das Sessões em, de agosto de 2001

Deputado Cesar Souza

*Lido no Expediente
Sessão de 23/08/01*

JUSTIFICATIVA

O projeto visa a implementação de políticas concretas e objetivas para a área habitacional no Estado, criando um fundo à moradia popular que beneficiará famílias com uma renda de até 05 (cinco) salários mínimos.

Também cria um conselho com a finalidade de gerenciar e deliberar acerca dos investimentos destes dos investimentos destes recursos.

A criação de Fundos e Conselhos de Moradia Popular a nível nacional, estadual e municipal tem por objetivo canalizar os recursos para habitação popular no sentido mais amplo da palavra, ou seja, a moradia e toda a infra-estrutura necessária para garantir uma boa qualidade de vida a população mais empobrecida e excluída deste direito.

As fontes de onde virão estes recursos são o FGTS, Loterias, Cadernetas de Poupança, contribuições de Entidades e Organismos Internacionais e Orçamentos.

O Conselho, parte integrante deste projeto, juntamente com o Fundo, visa democratizar as decisões sobre as prioridades de investimentos dos recursos do Fundo e ao mesmo tempo busca fiscalizar e prestar contas de cada centavo que entrar e sair do Fundo de Moradia Popular.

Para garantir a pluralidade nas decisões que vierem a ser tomadas o Conselho será composto pelo Estado através do Poder Executivo, pela sociedade civil organizada através das entidades populares e sindicais dos trabalhadores e empresários, que atuam em diferentes formas na área habitacional do Estado.

*** X X X ***